



PANORÂMICO

PERIÓDICO DO OMPV



CONSELHO EDITORIAL

General de Brigada Sergio Manoel Martins Pereira Junior
Comandante da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

Coronel QEMA Alexandre Santana Moreira
Chefe do Instituto Meira Mattos

EQUIPE EDITORIAL

Coronel QEMA Anselmo de Oliveira Rodrigues
Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha

REVISORES DE LINGUAGEM

Tenente-Coronel Helena Rodrigues Rocha Martins de Oliveira
Professora de Espanhol da ECEME

Major Mônica da Silva Boia
Professora de Espanhol da ECEME

Major Aurinete Zanelato de Souza Pereira
Professora de Espanhol da ECEME

1º Tenente Bruna Renova Varela Leite
Professora de Espanhol da ECEME

DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO DA CAPA

Nadhine Hentzy Stellet da Silva
Responsável pela diagramação

Gabriel dos Santos Andrade de Oliveira
Responsável pelo design gráfico da capa

PANORÂMICO

Periódico do Observatório Militar da Praia Vermelha



Vol. 2, nº 05, Maio/Agosto - 2023

ISSN 2965-0240 (online)

Panorâmico	Rio de Janeiro	Vol. 2	nº 05	p. 1-61	Mai/Ago - 2023
------------	----------------	--------	-------	---------	----------------

SOBRE

O Observatório Militar da Praia Vermelha (OMPV) tem como missão realizar estudos políticos e estratégicos de interesse da área militar, bem como busca contribuir para o incremento e difusão da mentalidade de Defesa no Brasil. Para tanto, o OMPV está organizado atualmente em oito áreas temáticas: Conflitos Bélicos e Terrorismo; Defesa Cibernética; DQBRN; Geopolítica e Defesa; Missão de Paz; Movimentos Migratórios e Segurança na Faixa de Fronteira; Segurança Pública e Crime Organizado Internacional; e Sistemas Bélicos e Simulação.

Para a produção de conhecimento, o OMPV conta com o apoio de pesquisadores civis, pesquisadores militares, professores doutores, alunos do Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares da ECEME, instrutores da ECEME, alunos da ECEME e oficiais de nações amigas servindo na Escola. Além dessa equipe, o OMPV ainda recebe a colaboração de pessoas externas à ECEME.

O Panorâmico é uma publicação quadrimestral deste observatório e que tem como finalidade apresentar os artigos já publicados no *site* do OMPV, os quais tratam de temas relevantes relacionados às oito áreas temáticas citadas anteriormente.

Para mais informações, visite a página do OMPV na *internet* (www.ompv.eceme.eb.mil.br). Contando com produtos como palestras, relatórios, artigos de opinião, análises, entrevistas aos meios de imprensa e bibliografias em geral, o leitor poderá verificar a existência de um *portfólio* robusto e diversificado de contribuições dadas pelo OMPV à sociedade, em seus pouco mais quatro anos de existência.

ENDEREÇO E CONTATO

Praça General Tibúrcio, 125, Praia Vermelha, CEP: 22290-270, Rio de Janeiro/RJ, Brasil.

Tel: (21) 3873-3868 /Fax: (21) 2275-5895

Site: www.ompv.eceme.eb.mil.br

Email: ompv@eceme.eb.mil.br

PROPRIEDADE INTELECTUAL

Os textos publicados não refletem a opinião da ECEME ou do Exército Brasileiro.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP):

C567c Panorâmico: Periódico do OMPV. Vol. 2, nº 5 - Rio de Janeiro: ECEME, 2023
- v.: il. ; 28 CM.

Quadrimestral

1. Ciências Militares. 2. Estratégia. 3. Geopolítica. 4. Relações Internacionais.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - Brasil.

SUMÁRIO

Apresentação <i>Observatório Militar da Praia Vermelha</i>	5
PRIMEIRA PARTE - O MUNDO	6
Conflito russo-ucraniano: uma guerra em solo europeu <i>Esley Rodrigues de Jesus Teixeira</i>	7
O novo raiar do Sol? A evolução na política de defesa do Japão e as transformações geopolíticas do Leste Asiático <i>Alana Camoça Gonçalves de Oliveira</i>	11
A complexa geopolítica entre Índia, Paquistão e China <i>Jonathas da Costa Jardim</i> <i>Robson Pinheiro Dantas</i>	19
Geopolitical reasoning na política externa dos Estados Unidos da América - da guerra ao terror à contenção da China <i>Mario Augusto Santos</i>	27
SEGUNDA PARTE - O BRASIL E O SEU ENTORNO	32
A Ajuda vem do alto: o Lançamento Aéreo de Suprimento em Apoio a População Yanomami <i>Rodrigo Tavares Ferreira</i>	33
Amazônia: o contrato social do estado brasileiro <i>Anselmo de Oliveira Rodrigues</i>	42
A 17ª brigada de infantaria de selva e a operação verde brasil - oportunidade para o combate aos delitos transfronteiriços <i>Daniel Simões da Silva</i>	45
Crime organizado, ouro e migrações: aspectos da dinâmica de fronteira no escudo das Guianas <i>Lucas Barreto Rodrigues</i> <i>Everaldo Bastos Furtado</i>	51

APRESENTAÇÃO

*Observatório Militar da Praia Vermelha**

Volátil, incerto, complexo e ambíguo ou simplesmente VUCA, como é popularmente conhecido. É dessa forma que o ano de 2023 se apresenta e, por essas razões, tem se mostrado desafiador para os analistas do mundo inteiro. Senão vejamos: a guerra russo-ucraniana, iniciada em fevereiro de 2022, ainda está em curso e não emite sinais de que está por encerrar. A balança de poder, dominada por muito tempo pelo eixo euro-atlântico, começa a pendular mais decisivamente para o continente asiático, tendo a China como protagonista. Além disso, os debates relacionados às mudanças climáticas estão ganhando força no sistema internacional e, cada vez mais, as ONGs e as organizações supranacionais estão interferindo no cotidiano dos Estados e têm executado relevantes movimentos no tabuleiro geopolítico global.

O atual número do Panorâmico procura refletir o cenário geopolítico contemporâneo. Na primeira parte, voltada para as principais questões referentes à segurança e defesa que acontecem no globo, o Panorâmico apresenta artigos que tratam as questões geopolíticas atuais, as tendências futuras e a guerra russo-ucraniana. Na segunda parte, vocacionada para as principais questões atinentes à segurança e defesa relativas ao Brasil e o seu entorno regional, o Panorâmico apresenta estudos voltados para o meio ambiente e Amazônia em suas mais variadas dimensões: incluindo a participação das Forças Armadas em operações, os aspectos teóricos e políticos sobre o papel do estado e da sociedade brasileira e até questões complexas, como os ilícitos e seus reflexos na dinâmica da fronteira na parte norte do Brasil.

Espero que os leitores gostem desse número, da mesma forma que aproveito a oportunidade para convidar a sociedade a submeter seus estudos para publicação no site do OMPV. Afinal, a Defesa não é exclusiva dos militares, é um tema que requer a contribuição de todos os integrantes da sociedade!

* Equipe do Observatório Militar da Praia Vermelha.

PRIMEIRA PARTE



O MUNDO

CONFLITO RUSSO-UCRANIANO: UMA GUERRA EM SOLO EUROPEU*

Esley Rodrigues de Jesus Teixeira¹

Há mais de um ano a Europa passa por um dos maiores conflitos em seu próprio território desde a Segunda Guerra Mundial. O ceticismo quanto a impossibilidade de guerras entre democracias, ou a crença em que o desenvolvimento levaria a um mundo de paz perpétua, contribuiu para o despreparo relativo. Cálculos mal realizados e falta de informações plenamente confiáveis acabaram também por levar a um conflito hoje longe de parecer terminar.

A guerra russo-ucraniana é decorrente de um concerto que já se desenha desde a ex-União Soviética e que se acelerou nos últimos anos. A Rússia, ávida por controlar a passagem das estepes europeias ao seu território, se viu ameaçada com o discurso, e as ações, de aproximação entre o governo ucraniano e a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Detendo arsenais nucleares e convencionais superiores, além de maior capacidade industrial e de manutenção de seus estoques de gêneros alimentícios e energéticos, a Rússia não parece sentir o ataque conjunto do ocidente, tampouco o peso das sanções a ela estipuladas.

O conflito entre Rússia e Ucrânia, por si só, não se tornaria manchete de jornal se não fosse o grande impulso das mídias norte-americanas e europeias na formação da informação e da opinião. Na percepção das mídias norte-americanas e europeias, tal conflito é compreendido como guerra, entendimento que não se observa em outros conflitos (por vezes muito mais sanguinolentos e, sem dúvida, muito mais longevos) que ocorrem na África e no Oriente Médio. O poder dado aos elementos de comunicação social e a facilidade com que conseguem hoje compartilhar suas convicções é impressionante, e, às vezes, aterrorizante. A ideia de que a Rússia passa para os norte-americanos e europeus é de que é um país que tem voraz apetite por territórios estratégicos.

O fardo do homem branco ainda parece sobressair na conjugação de pesos da balança do que é ou não relevante. Da mesma forma, a escolha do que é ou não real ou falso, torna o papel da mídia bastante complexo, vez que, mesmo tendo como chefe um ente apolítico, a guerra sempre é política. O próprio nome guerra na Ucrânia é uma forma de explorar a gravidade da palavra guerra. Não se fala, por exemplo, em guerra no Mali, Sudão, Congo, Timor-Leste. Ali, onde a civilização é menos influente do que a norte-americana e europeia, há no máximo, conflitos tribais (KEEGAN, 1984).

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 17 de maio de 2023.

¹ Capitão de Corveta da Marinha do Brasil e doutorando em Ciências Militares da ECEME.

Basta que consideremos que as invasões europeias na África e na Ásia, baseadas no imperialismo europeu do século XIX, estavam chanceladas pelo sentimento civilizacional e até messiânico. A invasão dos Estados Unidos da América às Filipinas foi laureada pelo famoso *The White Man's Burden*, e a expansão britânica sobre a China (momento em que o ocidente obrigou os bárbaros chineses a se viciarem em ópio) ganhou uma linda poesia chamada *The Road to Mandalay*, ambas de *Kipling*. A luta que se desenvolve em solo europeu, chocante e sangrenta como são todas as lutas, é algo horrendo demais para merecer a eternidade dos poemas e a beleza das poesias. Mas isso se vê desde os *Lusíadas*.

Além da mídia, outros atores fazem parte da guerra no século XXI. Longe de serem novos, tais atores constituem uma repaginação em conceitos dantes vistos, cuja natureza e substância incerta, caracterizam a névoa da guerra: incerteza, desordem, probabilidade, fricção, caos e complexidade (ELWARD, 2010). Conceito antigo que, hoje rememorado, parece esquecer a definição antiga que não permite reinvenção.

Um exemplo bem simples dessa assertiva é a guerra de Independência do Brasil e a utilização de algumas centenas de oficiais e praças norte-americanos e britânicos na tripulação (e até comando) dos navios da Armada Imperial Brasileira. Outro exemplo recai sobre *Clausewitz*, um oficial prussiano que lutou pelo exército czarista de Alexandre, sendo acompanhado por vários generais de diversas nacionalidades. Por certo, os serviços dantes ofertados por pessoas físicas (*Thomas Cochrane, David Jewett, Pascoe Grenfell e John Taylor*, por exemplo) agora são ofertados por empresas que os intermediam. Outras “inovações” desta guerra como extremistas e terroristas, forças especiais e coisas do gênero são tão antigas quanto os *zelotes* de Barrabás, os ataques aos comboios de pólvora franceses por *Césare Bórgia* e o atentado perpetrado por *Gavrilo Princip* contra *Francisco Ferdinando*. Falar em mercenários e não lembrarmos dos *privateers* de *Elizabeth I*, é um grave erro histórico.

A guerra, apesar de ser um camaleão que se adapta às características da conjuntura (CLAUSEWITZ, 1989), continua sendo utilizada para se alcançar os objetivos políticos. A Rússia possuía um objetivo claro, desde, pelo menos, as invasões napoleônicas e a criação da Santa Aliança no âmbito do concerto das nações após o congresso de Viena: manter a estabilidade política e impedir agitações que pudessem lhe ameaçar o território. Após *Waterloo*, o Alexandre dos Russos foi à Paris dos franceses, mas logo a devolveu. Também ajudou na restauração da Prússia e da Áustria, e não se envolveu em grandes conflitos até quase quarenta anos depois, na Criméia, onde, desde muito (1783), já havia estabelecido uma base naval (*Sebastopol*). Depois disso, apenas entraria em conflitos por motivos de invasões, mantendo, aliás, a tradição russa de Pedro I, o Grande, em sua batalha contra os tártaros de *Azov*.

Observando, portanto, as razões profundas através da história, nada comunga para o fato de se temer um expansionismo russo pelo leste europeu. Na verdade, não menos do que o expansionismo português, espanhol, francês, holandês, belga, britânico, alemão, norte-americano ou japonês, bastante presente em nossa história contemporânea. Paradoxalmente, a expansão da OTAN, da democracia e da União Europeia, o que seria o oposto do expansionismo imperialista de fins do século XIX, reascendeu o velho medo russo de perder o controle das estepes. Estava, pois, armada a armadilha de *Tucídides*.

A guerra, contudo, continua a aterrorizar aqueles que não conseguem compreender estas razões. Neste cômputo, os ensinamentos de *Clausewitz*, alinhados aos eventos históricos, nos são úteis, assim como os de guerra total de *Ludendorff*. E, neste caso específico da guerra russo-ucraniana, nos são apresentados dois exemplos bem distintos: a guerra tem sido total para a Ucrânia, e limitada para a Rússia. Ela é total no lado ucraniano porque já se percebe o pleno exaurimento de suas capacidades combativas e de sobrevivência. Mesmo com o robusto apoio de diversos países ocidentais, não se divisa uma quebra do *fait accompli* russo. A expulsão dos cossacos parece muito improvável.

Da mesma forma, para a Rússia, manter-se em posição e não avançar é o caminho natural: não há necessidade de se avançar sobre um país em ruínas, e cujas eleições, ao que tudo indica, serão favoráveis a que se assuma uma postura bem mais comedida que a do atual presidente. Para a Rússia, apesar do que se parece, a guerra é defensiva, e não ofensiva. É uma ação preventiva contra o expansionismo *otaniano*, assim como foi a guerra entre Esparta e Atenas no *Peloponeso*. Talvez seja esse o grande problema das análises que hoje se nos apresentam: a falta de pesquisa histórica, que, *per si*, exigem maior reflexão das ideias do general prussiano (MOITA; FRANCHI, 2021).

Mesmo sendo um conflito eminentemente terrestre, os efeitos no comércio global se fazem sentir, particularmente no próprio continente europeu. O aumento dos gastos militares, em particular da Alemanha e o aumento do pedido de entrada na OTAN de outros países fronteiros à Rússia, como Finlândia e Suécia, são reflexos imediatos do conflito. Outros mais preocupantes seguirão: a necessidade de deter armas nucleares e capacidade de dissuasão estratégica para evitar agressões, mesmo quando falamos de países menores ou sem protagonismo nas relações internacionais e econômicas; a necessidade de aumento nos gastos militares e de rearmamento para garantir uma dissuasão adequada, independentemente das ferramentas econômicas e financeiras existentes; e a necessidade de se investir na formação de coalizões e alianças para garantir a defesa mútua contra agressões de países mais fortes. Quanto aos reflexos econômicos, são bastante presentes até para os brasileiros: o preço do quilo do tomate, cuja cultura depende da importação de fertilizantes russos, não nos deixa mentir. A participação da Rússia na Organização dos Países Produtores de Petróleo, ademais, nos acende um alerta para como o preço dos combustíveis pode seguir no horizonte próximo.

No decorrer deste ano de conflito europeu, o mundo pareceu relembrar de que a guerra pode, sim, ocorrer em qualquer lugar e envolver quaisquer atores. A saída desastrosa dos Estados Unidos do Afeganistão, os genocídios semanais nas guerrilhas africanas e as mazelas humanitárias na América Central pareciam estar muito longe dos norte-americanos e europeus. A guerra, contudo, continua sendo a guerra: os pressupostos de *Clausewitz* permanecem muito atuais e o diálogo médio nunca foi tão recente. A diferença deste conflito em particular, para os anteriores (mesmo se comparamos com a Ossétia e a Criméia bastante recentes), está na rapidez da informação, e na facilidade de moldura opinativa. As poesias de *Kipling* hoje, muito mais sonoras quando apresentadas como manchetes em redes de televisão e sociais, parecem possuir um poder bem maior de formar opiniões.

Infelizmente, independentemente do lado, não há poesias que possam expressar a perda dos desconhecidos soldados mortos, muito menos de um filho em uma trincheira como, aliás, foi o caso do de *Kipling* na Primeira Grande Guerra.

Referências:

CLAUSEWITZ, Carl Von. **On War**. HOWARD, Michael; PARET, Peter (Editores). Princeton: Princeton University Press, 1989.

ELWARD, Sean Mikael. **The Fog of War: A Necessary Component of Modern Warfare**. Newport: Naval War College. 2010.

KEEGAN, John. **A History of Warfare**. London: Vintage Books, 1984.

MOITA, Sandro Teixeira; FRANCHI, Tássio. **Os saberes da guerra: o pensamento de Carl von Clausewitz no Brasil (1990-2019)**. Revista da Escola de Guerra Naval, Vol. 27, p. 91-120, 2021.

O NOVO RAIAR DO SOL? A EVOLUÇÃO NA POLÍTICA DE DEFESA DO JAPÃO E AS TRANSFORMAÇÕES GEOPOLÍTICAS DO LESTE ASIÁTICO*

Alana Camoça Gonçalves de Oliveira¹

Em 2022, o governo japonês lançou a revisão de documentos estratégicos que reforçam o debate sobre as percepções do Japão acerca das transformações no seu entorno próximo e a necessidade de maior autonomia em relação à sua segurança, o que tem fortalecido os ímpetus em prol de uma maior militarização do arquipélago. Os três novos documentos estratégicos lançados em dezembro de 2022 foram: (a) a Estratégia de Segurança Nacional (NSS)², (b) a Estratégia de Defesa Nacional³ (NDS) e (c) *Defense Buildup Program* (DBP)⁴. Tais documentos somam-se às publicações anuais do Livro Branco (Defesa) e Azul (Diplomático) do país em referência aos anos de 2021-2022, onde estão expressas as preocupações nipônicas com o seu entorno regional, considerado cada vez mais severo.

Os documentos oficiais e de defesa do Japão refletem preocupações compartilhadas pelo país diante das mudanças no equilíbrio de poder global. No Livro Branco de 2022, *Kishi Nobuo*, então Ministro da Defesa, expressa que a *“desobediência à ordem internacional não é apenas um problema da Europa. À medida que a competição estratégica entre nações se torna mais evidente em meio às mudanças no equilíbrio de poder global, a ordem existente está sendo exposta a sérios desafios, especialmente na região do Indo-Pacífico, que está no centro dessa competição”* (MOD, 2022, p.3, tradução nossa).

Ademais, ressaltam-se as preocupações nipônicas acerca das ações chinesas nos mares próximos, em relação à Taiwan e também com a Coreia do Norte, com o teste de mísseis, e a ação russa na Ucrânia, com a continuidade da guerra na Eurasia.

Nesse sentido, a intensificação de tensões e mudanças na balança ofensiva-defensiva dos países internacionalmente vem transformando, ou melhor, acelerando as mudanças japonesas no que tange às suas capacidades de defesa (GREEN, 2003; PYLE, 2008). De fato, desde o fim da Guerra Fria, em

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 31 de maio de 2023.

¹ Doutora em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Vice-Coordenadora do LabChina (UFRJ) e Especialista Residente no ObservaChina.

² Ministério da Defesa do Japão. "National Security Strategy of Japan - 2022". Disponível em: <https://www.casgo.jp/jp/siryoku/221216anzenhoshou/nss-e.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

³ Ministério da Defesa do Japão. "National Defense Strategy - 2022". Disponível em: https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/strategy/pdf/strategy_en.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2023.

⁴ Ministério da Defesa do Japão. "Defense Buildup Program - 2022". Disponível em: https://www.mod.go.jp/j/approach/agenda/guideline/plan/pdf/program_en.pdf. Acesso em: 22 de maio de 2023.

meio a uma multipolaridade emergente no tabuleiro regional do Leste Asiático, criaram-se expectativas de que o Japão abraçaria por completo o seu *status* de potência, o que conseqüentemente o levaria a aumentar suas capacidades militares (WALTZ, 1993). Em certa medida, por mais que a evolução das capacidades de defesa do Japão tenham se desenvolvido, mesmo que lentamente desde o fim da ocupação das Forças Aliadas (1945-1951), os anos 1990s foram cruciais para, talvez, a realização das primeiras grandes transformações na política de defesa do Japão em sua dimensão externa.

Na Guerra do Golfo (1990-1991), o Japão foi pressionado por países do sistema internacional para que ajudasse com os custos e com o possível envio de recursos humanos na guerra. Entretanto, o que os países e, inclusive, seu aliado preferencial, os Estados Unidos observaram foi um Japão executor de uma “diplomacia de pagamentos”, sem o envio de tropas e recursos humanos efetivos (TOGO, 2005). O Japão foi criticado pela comunidade internacional, pois esperava-se que a segunda maior economia do mundo arcasse de forma mais ampla com os custos de uma “ordem mundial” mais estável e pacífica.

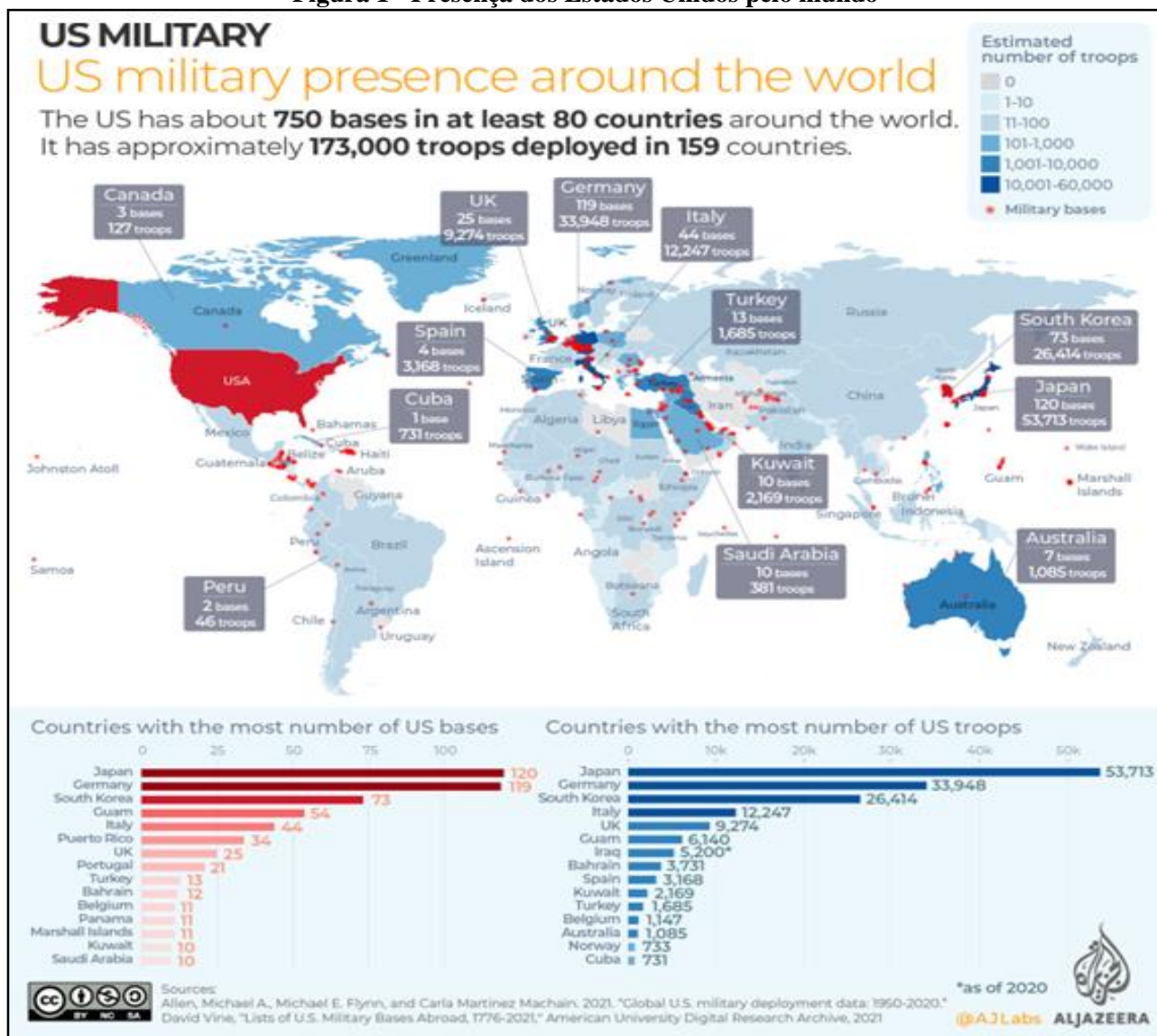
Dessa forma, a pressão internacional, sobretudo, do seu aliado estratégico, os Estados Unidos, impactou para que nos anos seguintes gradativamente o Japão aprovasse leis que flexibilizaram o envio de recursos humanos para fins pacíficos, por exemplo, operações de Paz. As Forças de Autodefesa (FAD) do Japão passaram a ter um maior papel na arena internacional e somente na década de 1990 participaram em missões de paz no Camboja, Timor-Leste e nas Colinas de Golan (TOGO, 2005).

No início do século XXI, também houve uma guinada no desenvolvimento na política de defesa e segurança japonesa, durante o governo do primeiro-ministro *Koizumi Junichiro* (HUGHES, 2017), em um momento de tensões com a Coreia do Norte. Um exemplo desse recrudescimento militar ocorreu em 2003, quando o gabinete emitiu uma declaração afirmando que havia decidido desenvolver um sistema de defesa de mísseis balísticos como uma medida defensiva contra as ameaças norte coreanas (TOGO, 2005; PYLE, 2008). Com o *Ballistic Missile Defense* (BMD), o Japão precisou reavaliar a sua posição a respeito do uso do espaço e da exportação de tecnologia militar.

Na segunda década do século XXI, a ascensão de *Shinzo Abe* (2012-2020) ao poder evidenciou o recrudescimento militar japonês, na medida em que a liderança japonesa passou a entoar a necessidade de uma maior participação do país internacionalmente, discursar acerca de uma possível flexibilização da Constituição e da necessidade de modificar interpretações para que o país pudesse agir mais prontamente em caso de riscos à sua sobrevivência (e, em certa medida, para proteção de seus aliados) (HUGHES, 2016).

A ascensão ao poder de *Shinzo Abe*, figura nacionalista e com fortes laços com o debate em relação ao poder militar, deve ser analisada também em meio à um cenário crescente de percepção de ameaças em relação aos seus vizinhos e, principalmente, aos receios quanto à confiabilidade da aliança com os Estados Unidos. Em relação aos Estados Unidos, as preocupações do Japão com a aliança são centrais. Historicamente, o arquipélago atuou como aliado estratégico de Washington na Ásia durante a Guerra Fria e até hoje o Japão é o principal país receptor de bases e tropas estadunidenses em território nacional.

Figura 1 - Presença dos Estados Unidos pelo mundo



Fonte: AL JAZEERA, 2021.

A aliança nipo-americana tem sua origem no fim da ocupação das Forças Aliadas em 1951 e no Tratado de Paz de São Francisco de 1951, sendo revisado no Tratado de Segurança Mútua em 1960. O tratado estabelece uma aliança de segurança entre os dois países, comprometendo-se a se consultarem e a cooperarem em caso de ameaças à paz e à segurança. O Japão é dependente dessa

aliança para a sua proteção, sendo acusado constantemente de estar sob proteção demasiada do guarda-chuva estadunidense. Não por acaso, ações dos Estados Unidos reivindicando maiores ações japonesas em relação à aliança e possíveis crises no país norte-americano trazem receios à confiança e à própria manutenção do tratado. Desde 2012 essa preocupação está mais visível em um cenário de intensa competição e, até mesmo, de transição internacional. Os temores de ser abandonado por Washington têm crescido cada vez mais, especialmente desde o segundo mandato da administração Obama e os resultados da política do Pivô para a Ásia, bem como com a maior assertividade da China em tabuleiros marítimos próximos, indicando transformações na distribuição de poder e no *status quo* regional (GREEN, 2017; HUGHES, 2017).

A militarização japonesa tornou-se ainda mais evidente após a campanha presidencial de *Donald Trump*, quando ele afirmou que a aliança nipo-americana é "muito cara"⁵ e após as críticas de *Trump* sobre o custo da aliança antes da cúpula do G20. Naquela ocasião, *Trump* disse que quase todos os países do mundo se aproveitavam dos Estados Unidos. Nominalmente citou o Japão e o Tratado de 1960, assimétrico, em que o Japão caso fosse atacado, os Estados Unidos deveriam lutar "Terceira Guerra Mundial". Mas no caso contrário, Tóquio poderia não auxiliar Washington⁶. De fato, essas declarações frequentes de *Donald Trump* em relação à aliança e às exigências para que o Japão comprasse mais equipamentos militares dos Estados Unidos pressionaram Tóquio a aumentar suas capacidades militares.

Correlacionado, em 2015, *Shinzo Abe* impulsionou leis de segurança e reinterpretou o direito à defesa coletiva por parte do Japão. Em resumo, a legislação de Paz e Segurança implementada empoderou o Japão a exercer a autodefesa coletiva caso ocorra um ataque armado contra um aliado do Japão e represente uma clara ameaça ao país. Um dos objetivos da lei era fortalecer o compromisso do Japão com os Estados Unidos, na medida em que a reinterpretação permitiu que o arquipélago pudesse agir em apoio a um aliado em caso de percepção de ameaça à sua própria sobrevivência (SALTZMAN, 2015).

Também nesse cenário, o Japão buscou promover uma política externa mais ativa, intitulada "Contribuição Pró-ativa para a Paz". Essa política externa é amplamente atribuída à percepção do Japão sobre a geopolítica da Ásia-Pacífico e o interesse por ampliar suas relações com países da região, sobretudo aqueles que enfrentam disputas territoriais com a China. Não por acaso, nos últimos anos, o Japão tem procurado estreitar laços com países do Sudeste Asiático (INOGUCHI; PANDA,

5 Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2016/08/06/national/politics-diplomacy/trump-rips-u-s-defense-ja-pan-one-sided-expensive/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

6 Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-g20-summit-trump-japan-idUSKCN1TS057>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

2018) em matéria de cooperação em defesa e por meio da realização, por exemplo, de treinamentos militares. Além disso, é possível notar a emergência na região de ações que visam a demonstração de poder e o aumento da vigilância. Em relação a esse último ponto, as reuniões e treinamentos promovidos pelos países do QUAD (composto por Japão, Índia, Austrália e Estados Unidos).

Tais pontos estão relacionados à estratégia de um Indo-Pacífico livre e aberto (*'Free and Open Indo-Pacific Strategy'*) promovido pelo governo japonês. A visão de FOIP (na sigla em inglês) é baseada no conceito de garantir a paz e a prosperidade de toda a região do Indo-Pacífico e, conseqüentemente, do mundo, por meio da realização de uma ordem livre e aberta baseada no Estado de direito na região (MOD, 2022). O aumento do ativismo japonês também pode ser observado recentemente com a notícia de que o Ministro das Relações Exteriores do Japão, *Yoshimasa Hayashi*, confirmou que existem planos para a abertura de um escritório da OTAN no Japão⁷, o que representa o interesse do arquipélago em aliar-se com os países da União Europeia e com os Estados Unidos em meio ao aumento de tensões na Eurásia. Além disso, existem indícios de aproximação do Japão com a Coreia do Sul, a despeito dos problemas históricos entre os dois⁸.

Portanto, é evidente que à medida que as tensões no Leste Asiático e no mundo crescem, o Japão tem se empenhado em fortalecer suas capacidades de defesa, como se pode observar durante o governo de *Fumio Kishida*. Como apresentado nas primeiras linhas do presente ensaio, a renovação de documentos de defesa do Japão indicam que o país está disposto a perseguir um caminho de recrudescimento militar e tem como principal, mas não única, a preocupação com a China. A NSS descreve a China como sendo o maior desafio estratégico (*'greatest strategic challenge'*) para o arquipélago e para a comunidade internacional, assim como Coreia do Norte e Rússia.

Para ilustrar o entorno, abaixo é possível notar: (i) o mapeamento das incursões chinesas nas proximidades das ilhas *Senkaku/Diaoyu* (figura - 2), (ii) a comparação dos gastos militares dos principais países entre 2000 e 2020 (figura - 3), onde é possível observar o aumento dos gastos chineses, e (iii) o lançamento de testes de mísseis norte coreanos (figura - 4). Todos eles impactam a percepção do Japão sobre sua necessidade em desenvolver capacidades defensivas. Não por acaso, destaca-se o desejo ambicioso do Japão em romper o limite tradicional de gastos de até 1% do PIB em seu orçamento de defesa. Sob a administração *Kishida*, há a intenção de aumentar o orçamento de defesa para 2% do PIB nos próximos cinco anos⁹. Esses aspectos apontam para uma maior

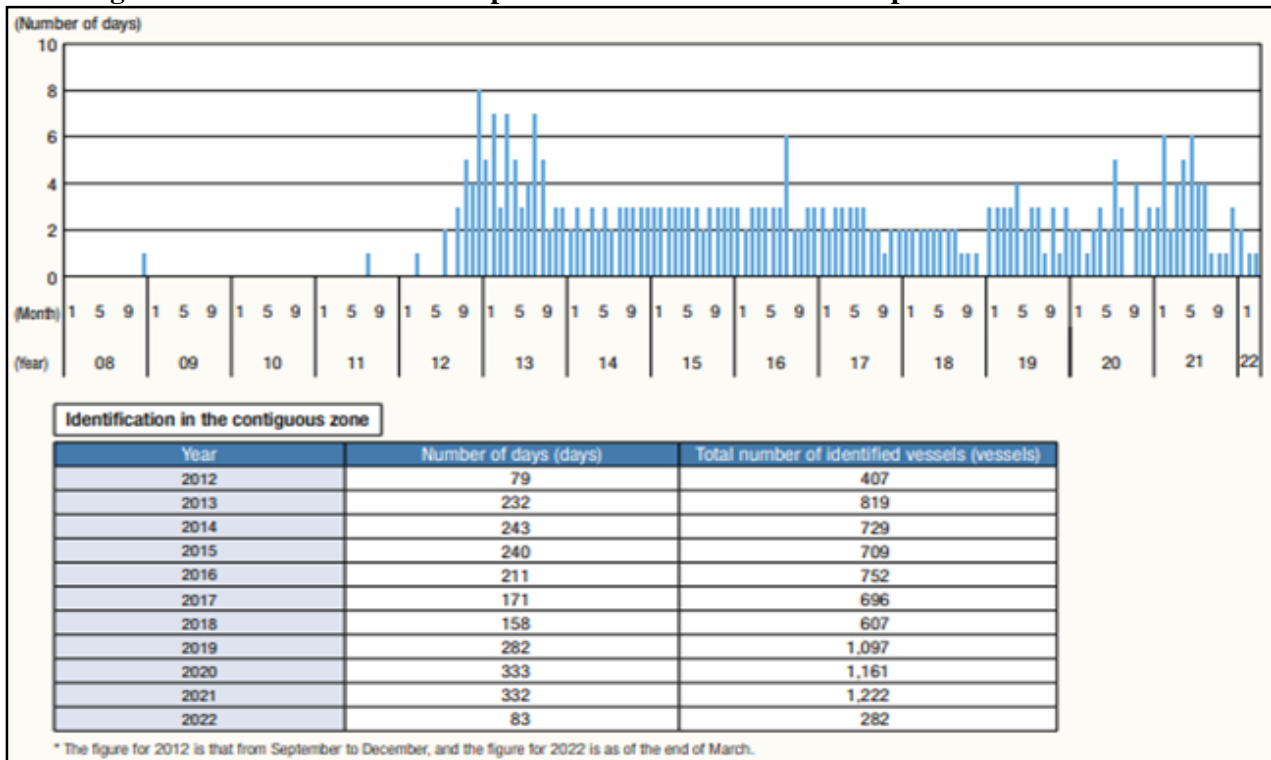
7 Disponível em: <https://edition.cnn.com/2023/05/10/asia/japan-foreign-minister-hayashi-nato-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

8 Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2023/05/premie-do-japao-lamenta-violencia-historica-contra-su-l-coreanos-em-busca-de-alianca-anti-china.shtml>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

9 Disponível em: <https://www.japantimes.co.jp/news/2022/11/29/national/japan-kishida-defense-spending-gdp/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

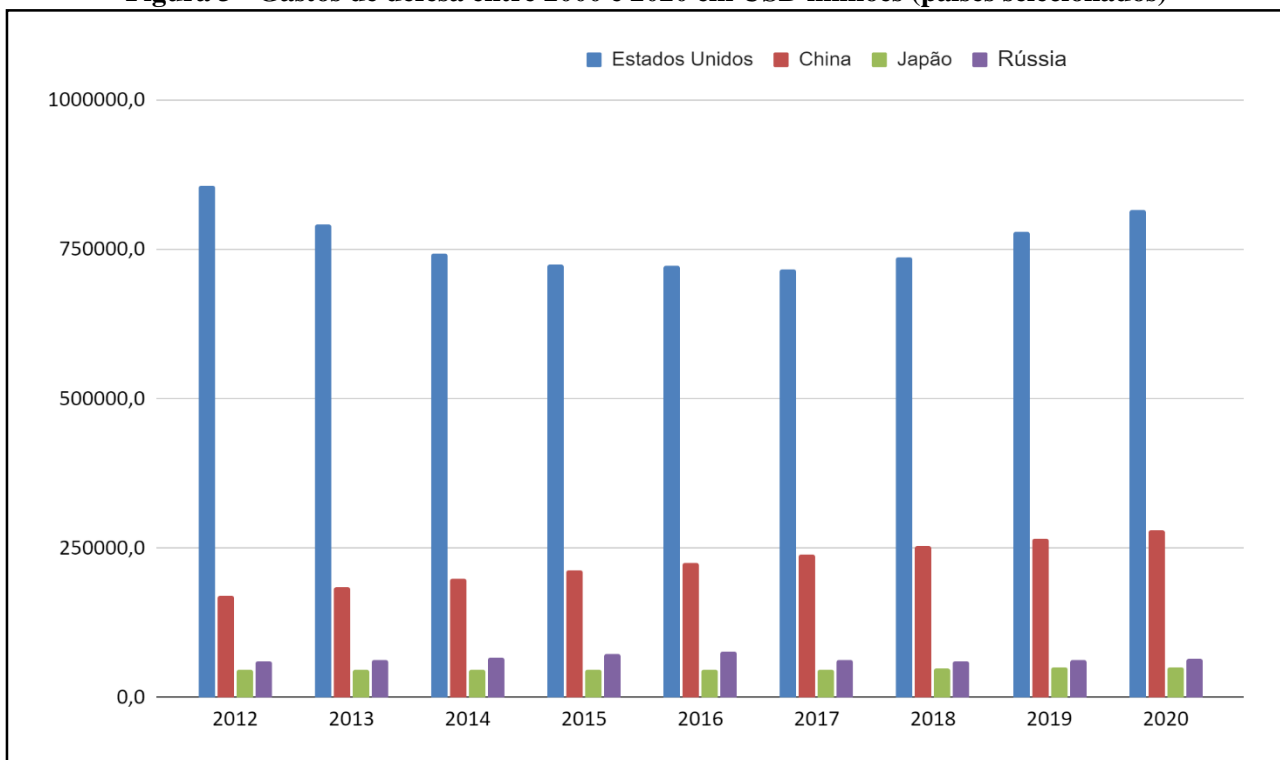
militarização do Japão, visando o fortalecimento de suas capacidades de contra-ataque e defesa, tanto em âmbito marítimo quanto aéreo.

Figura 2 - Atividades realizadas pela Guarda Costeira da China próximo às ilhas Senkaku



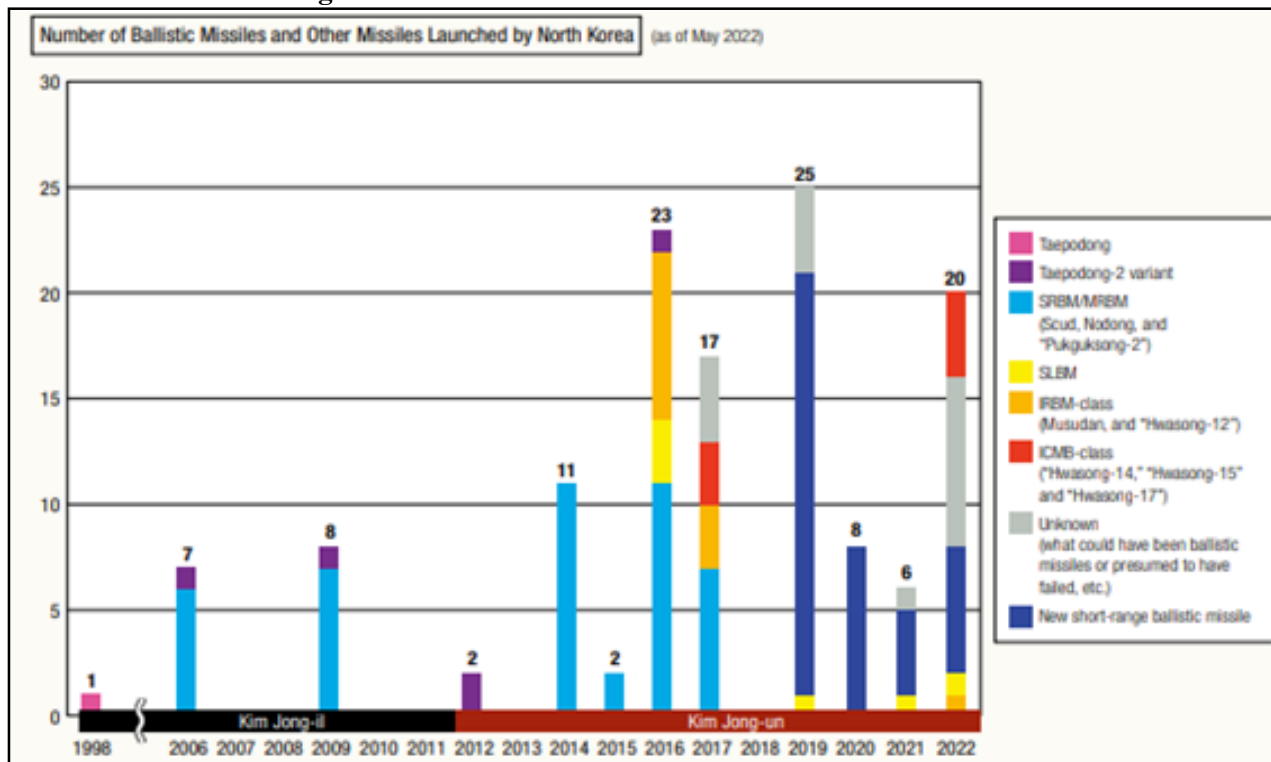
Fonte: MOD, 2022.

Figura 3 - Gastos de defesa entre 2000 e 2020 em USD milhões (países selecionados)



Fonte: SIPRI, 2022.

Figura 4 - Testes nucleares norte-coreanos no século XXI



Fonte: MOD, 2022.

Por fim, cabe ressaltar que evidenciar o aumento das capacidades militares japonesas não significa a volta de um “militarismo”, como ocorrido durante o passado imperial japonês, mas demonstra que o país tem agido de forma realista em um cenário internacional e, sobretudo, regional em crescente tensão. As transformações políticas de defesa do Japão refletem a evolução da geopolítica asiática e têm importantes implicações para o futuro não somente da região, como do mundo.

O Japão tem buscado maior autonomia e alternativas para a sua defesa e segurança, por isso Tóquio tem fortalecido suas capacidades militares, buscado parcerias estratégicas com outros países e reafirmado seu compromisso com a aliança com os Estados Unidos. Ainda assim, o futuro da geopolítica asiática permanece incerto. Nesse cenário dinâmico do Leste Asiático, o Japão terá que continuar adaptando suas políticas de defesa e abraçando o seu, relativamente “sonolento”, realismo.

Referências:

AL JAZEERA. **Infographic: US military presence around the world**. Al Jazeera, 2021. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/news/2021/9/10/infographic-us-military-presence-around-the-world-interactive>. Acesso em: 10 de janeiro de 2022.

GREEN, Michael J. **Japan's Reluctant Realism - Foreign Policy Challenges in an Era of Uncertain Power**. Nova Iorque: Palgrave, 2003.

GREEN, Michael J. **By More than Providence: Grand Strategy and American Power in the Asia – Pacific Since 1783**. Nova Iorque: Columbia University Press, 2017.

HUGHES, Christopher. **Japan's 'Resentful Realism' and Balancing China's Rise**. *The Chinese Journal of International Politics*, Vol. 9, n° 1, p. 109-150, 2016.

HUGHES, Christopher. **Japan's Grand Strategic Shift. From the Yoshida Doctrine to an Abe Doctrine?** In: TELLIS, Ashley et al. *Power, ideas, and military strategy in the Asia-Pacific-Strategic Asia 2017-18*, p.73-105, 2017. Washington: National Bureau of Asian Research, 2017.

INOGUCHI, Takashi; PANDA, Ankit. **Japan's Grand Strategy in the South China Sea. Principled Pragmatism**. In: CORR, Anders. *Great Powers, Grand Strategies: The New Game in the South China Sea*, Cap 7, 2018. Annapolis: Naval Institute Press, 2018.

MOD. Ministério da Defesa. **Livro Branco de Defesa do Japão - 2022**. Tóquio: Ministério da Defesa do Japão, 2022.

PYLE, Kenneth B. **Japan Rising: the resurgence of Japanese power and purpose**. Nova Iorque: PublicAffairs, 2008.

SALTZMAN, Ilai. **Growing Pains: Neoclassical Realism and Japan's Security Policy Emancipation**. *Contemporary Security Policy*, Vol. 36, n° 3, p. 498-527, 2015.

TOGO, Kazuhiko. **Japan's Foreign Policy, 1945-2003 - The Quest for a Proactive Policy**. Leiden: Brill Academic Pub, 2005.

WALTZ, Kenneth N. **The New World Order. Millennium**. *Journal of International Studies*, Vol. 22, n° 2, p.187-195, 1993.

A COMPLEXA GEOPOLÍTICA ENTRE ÍNDIA, PAQUISTÃO E CHINA*

Jonathas da Costa Jardim¹

Robson Pinheiro Dantas²

1. Introdução

Segundo Dodds (2019), a geopolítica possui três características bem definidas: 1) a preocupação com as questões de influência e poder sobre o espaço e território; 2) o uso de estruturas geográficas para dar sentido aos temas mundiais; e 3) a orientação para o tempo futuro.

Tomando como base essas características, este artigo se propõe a analisar, a luz da geopolítica, uma região do continente asiático que envolve três importantes países do cenário mundial: China, Índia e Paquistão.

Figura 1 - China, Índia e Paquistão



Fonte: GILLANI, 2020.

Tal opção foi escolhida pelo histórico de disputas territoriais, rivalidades históricas e choque de diferentes culturas e religiões entre esses países. Em que pese haja relações comerciais e diplomáticas

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 07 de junho de 2023.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e possui o curso de Estado-Maior da República da Índia.

² Tenente-Coronel do Exército Brasileiro e possui o curso de Estado-Maior do Paquistão.

entre os três países, nota-se que os conflitos regionais ainda persistem, realidade que vem fazendo com que a região seja palco de uma das maiores disputas territoriais do mundo, envolvendo três importantes atores estatais detentores de armas nucleares, que são possuidores de uma representativa economia no globo e que envolvem uma população total de quase 3 bilhões de habitantes (ARMSTRONG, 2022).

Figura 2 - Disputas territoriais entre China, Índia e Paquistão



Fonte: WIKIMEDIA, 2011.

Para alcançar o objetivo proposto, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicialmente, realiza-se uma breve introdução com o fito de ambientar o leitor sobre o assunto. Posteriormente, serão analisadas as posturas políticas de cada país nas questões fronteiriças com seus vizinhos (China, Índia e Paquistão). Em seguida, será discorrido sobre a questão nuclear que envolve os três países e, na parte final, serão realizadas breves considerações sobre a temática em pauta.

2. Índia - Paquistão

A fronteira entre o Paquistão e a Índia foi delineada em 1947 por um advogado britânico, *Cyril Radcliffe* (que nunca tinha ido à Índia). Naquela ocasião, *Cyril Radcliffe* dividiu o subcontinente indiano, tendo como premissa a questão religiosa (HANSI, 2017). No entanto, havia comunidades hindus e muçulmanas espalhadas por toda a Índia britânica. A consequência disso foi o deslocamento de aproximadamente 15 milhões de pessoas a procura de regiões favoráveis à sua cultura e que estavam receosas de futuras opressões.

A complexa geopolítica entre Índia, Paquistão e China - Panorâmico

Atualmente, a maior parte das fronteiras entre os dois países é delimitada e reconhecida pelo sistema internacional. No entanto, há uma porção fronteira entre os dois países que é identificada como controle militar (*Line of Control - LoC*). As linhas de controle militar não se constituem em fronteiras internacionalmente reconhecidas (GOVERNMENT OF INDIA, 2022).

A questão da Caxemira se encaixa nessa temática e está sendo vista pela Índia e Paquistão como uma disputa territorial, com ambas as nações reivindicando a região como parte de seu território. O conflito na região iniciou em 1948 e terminou em 1949, após um cessar-fogo mediado pelos Estados Unidos da América e pelas Nações Unidas. Ao final de 1949, cerca de três quartos da região permaneceram com a Índia e o restante (1/4) foi ocupado pelo Paquistão. Desde então, crises, escaramuças e conflitos (em particular, o ocorrido em 1965 e a Guerra de *Kargil* em 1999), têm deixado a região da Caxemira instável, sendo considerada por muitos como sendo uma das maiores crises fronteiriças existentes no planeta.

Ocupando uma área equivalente ao Estado do Piauí, a região da Caxemira é imprescindível para a soberania de ambos os países, haja vista a existência de nascentes de vários rios como o *Ganges* e o *Indo*. A área está localizada nas montanhas do Himalaia, com altitudes médias que variam entre 1.000 metros e mais de 8.000 metros acima do nível do mar. Como a região é contestada pela Índia e Paquistão, obviamente existem pontos de vistas distintos e divergentes sobre a questão.

Sob o ponto de vista indiano, a questão da Caxemira é vista como um assunto interno e uma disputa territorial, na medida em que os indianos entendem que o Paquistão ocupa ilegalmente uma parte da região. Tal percepção está amparada pelo fato de a Índia considerar a Caxemira como uma parte de seu território, postura que está amparada em instrumentos legais e históricos, como a resolução da Assembleia Constituinte da Caxemira, que ratificou a decisão da caxemira em se juntar à Índia em 1954 (ADHIKARI; KAMLE, 2010).

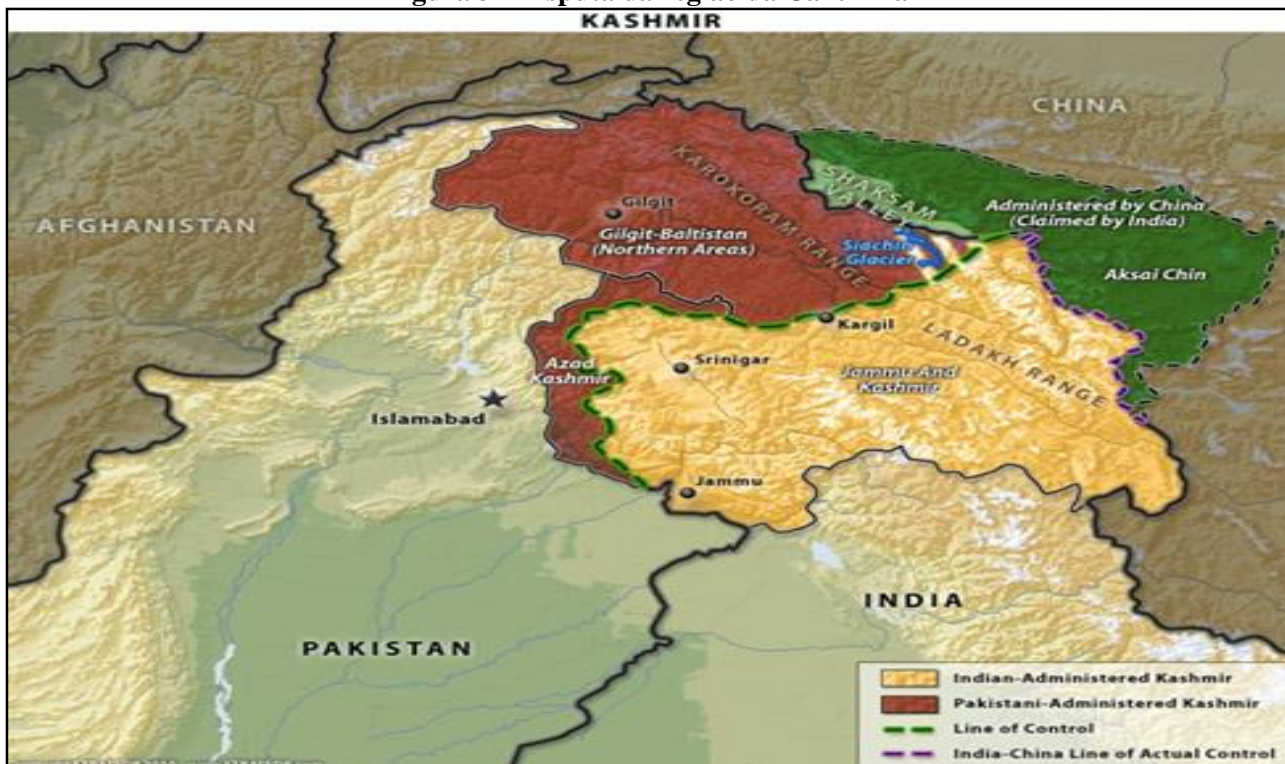
Outro fato que causa bastante fricção entre os dois países é o entendimento da Índia de que o governo do Paquistão realiza esforços no sentido de fomentar a violência e o terrorismo na região, apoiando grupos militantes separatistas que buscam a independência ou a união com o Paquistão, o que tem causado instabilidade e sofrimento para os caxemires (OBEROI, 2011). Além disso, os indianos argumentam que o referendo proposto pelo Paquistão é inviável, uma vez que as condições para a realização do referendo nunca foram satisfeitas. Para reforçar esse aspecto, cumpre mencionar que o posicionamento estatal indiano entende que a Caxemira é uma democracia vibrante, com eleições livres e justas sendo realizadas regularmente e que a maioria dos habitantes da região prefere a integração com a Índia.

Sob o prisma paquistanês, a disputa pela Caxemira deve ser resolvida por meio de um referendo livre e justo, conforme estipulado pela Resolução nº 47, do Conselho de Segurança da ONU, que foi

adotada em 1948. O referendo deveria permitir à Caxemira a escolha de se juntar ao Paquistão ou à Índia. O governo do Paquistão compreende que o direito à autodeterminação dos povos é um direito universal e que o povo da Caxemira deve ter a oportunidade para decidir seu próprio destino, pois visualiza que a maioria da população de Caxemira deseja fazer parte do Paquistão por motivos religiosos.

De forma semelhante com o governo indiano, o governo do Paquistão compreende que a Índia está violando os direitos humanos junto aos habitantes da Caxemira, afetando o direito à vida, à liberdade e à segurança, bem como o direito à liberdade de expressão e de associação. O governo paquistanês afirma que a maioria da população paquistanesa tem expressado sua solidariedade junto ao povo da Caxemira e que o governo tem feito apelos à comunidade internacional no sentido de pressionar a Índia a respeitar os direitos humanos dos caxemires.

Figura 3 - Disputa da região da Caxemira



Fonte: RANE WORLD VIEW, 2010.

Atualmente, a fronteira entre os dois países na região da Caxemira está sendo marcada pela escalada de tensão entre indianos e paquistaneses, no que chamam de “*No War, No Peace*”, comportamento que faz com que esses limites fronteiriços sejam considerados como um dos mais militarizados do mundo (UNNITHAN, 2018).

3. China - Índia

O regime de Pequim, por sua vez, depois de suprimir o estado-tampão do Tibete em 1950,

começou a disputar com a Índia a sua fronteira que estabelece com o país indiano em vários pontos no Himalaia.

Na região de *Ladakh*, a província glacial de *Aksai Chin* é controlada e administrada como parte da região autônoma chinesa de *Xinjiang*. No entanto, a região é reivindicada pela Índia. Outro grande território em disputa é o de *Arunachal Pradesh*, localizado na parte indiana mais oriental, delimitado pela linha *McMahon*. Os chineses, por seu turno, reivindicam também o território localizado ao longo do sopé meridional da cordilheira do Himalaia, denominado de *Tibet do Sul* (KISSINGER, 2011).

Devido a diferentes percepções dos limites fronteiriços, os dois países não concordam com a exatidão de algumas marcações e se acusam mutuamente de ultrapassá-las ou de tentar expandí-las em benefício próprio (YEUNG, 2022). Amparado pelo acordo feito entre os dois países em 1996, que proíbe o uso de armas e explosivos perto da fronteira, atualmente, os dois países buscam prevalecer, por meio de um *soft power*, seus interesses em suas fronteiras. O exemplo mais emblemático desse *soft power* é a Linha Atual de Controle (LAC), que se consubstancia por ser uma iniciativa em que os países buscam vivificar suas fronteiras, por meio da construção de infraestruturas ao longo da fronteira.

Contudo, de forma frequente, inúmeras ações de enfrentamento, conhecidas como “*Face Off*”, têm ocorrido na região, notadamente quando patrulhas dos dois países se encontram. Como exemplo desses embates, houve a chamada batalha do Vale de *Galwan*, ocorrida em junho de 2020, disputa bélica travada entre militares chineses e paquistaneses, portando paus e porretes (BBC, 2022).

4. China - Paquistão

O histórico das relações entre China e Paquistão denota que chineses e paquistaneses são próximos e cordiais desde 1951 e que cooperam em diversos campos como comércio, defesa, energia e infraestrutura.

Decorrente desse bom histórico, verifica-se que a China tem sido um importante parceiro econômico do Paquistão, realizando investimentos significativos em projetos de infraestrutura, como a construção do Corredor Econômico China-Paquistão (CPEC), que inclui a construção de uma rodovia e ferrovia que liga a província de *Xinjiang*, no oeste da China, ao porto paquistanês de *Gwadar*, no Mar Árábico. Inclusive, o CPEC é considerado uma parte crucial da iniciativa chinesa “*Belt and Road*”, que visa estabelecer rotas de comércio e investimento em todo o mundo.

A parceria não fica restrita ao campo econômico. Na esfera militar, nota-se que a China é o maior fornecedor de armas ao Paquistão, coopera na venda de equipamentos militares, auxilia na realização de treinamento de oficiais militares paquistaneses e realiza exercícios militares combinados regularmente com as Forças Armadas do Paquistão, o que revela elevado grau na relação

entre os dois países (DAS, 2022).

Com isso, fica fácil concluir a inclinação e o apoio chinês ao Paquistão em diversas causas, inclusive na questão da Caxemira, uma vez que a região também interessa à China, pois a rota do CPEC passa pela região de *Gilgit-Baltistan*, no norte do Paquistão, próximo à Caxemira, postura que, obviamente, desagrada a Índia.

5. A Questão Nuclear

A questão nuclear envolvendo estes três atores é um tema complexo e delicado no âmbito da política internacional. A China foi o primeiro país da região a desenvolver armas nucleares, tendo iniciado oficialmente suas atividades nucleares em 1964. Desde então, a Índia e o Paquistão também desenvolveram suas próprias armas nucleares, realizando seus primeiros testes nucleares em 1974 e 1998, respectivamente. Esses testes levaram a uma escalada na corrida armamentista nuclear na região, gerando preocupações em todo o mundo (YANG, 2016).

Os três países adotam posturas semelhantes ao tema, com a política de "*no first use*", ou seja, se comprometem a não usar armas nucleares em um primeiro ataque, mas mantém a capacidade de retaliar um ataque nuclear. A Índia adota a política mencionada, priorizando o uso da força nuclear em caso de retaliação a ataque de mesma natureza anteriormente recebido ou em casos extremos de penetração em faixa do território, onde sua recuperação seja inviável com a disponibilidade de meios militares regulares. Já o Paquistão, adota a política de "opções mínimas de dissuasão", que significa manter um arsenal nuclear mínimo e suficiente para dissuadir um ataque nuclear inimigo.

O fato é que, quando comparado o número de ogivas nucleares ativas, Índia e Paquistão possuem um arsenal nuclear semelhante, com 160 e 165 ogivas nucleares, respectivamente. A China, por sua vez, com 350 artefatos nucleares, possui mais armas nucleares que a soma de ambos (MCCARTHY, 2020).

No entanto, o receio da comunidade internacional tem aumentado pelo fato de o Paquistão ser um país internamente instável e com base nessa instabilidade, a probabilidade dessas armas nucleares pararem nas mãos de grupos terroristas é bastante elevada, produzindo efeitos colaterais de toda ordem.

O fato da Índia e do Paquistão serem potências nucleares gera tensões preocupantes. A situação litigiosa entre ambos é permanente. Como se não bastasse, indianos e paquistaneses entraram em conflitos diversas vezes no passado recente. Um novo conflito militar entre os dois países, dependendo da intensidade, pode facilmente gerar uma escalada nuclear envolvendo a China.

Devido ao risco de um conflito nuclear na região, a questão nuclear envolvendo os três países é uma preocupação constante na política internacional. Decorrente dessa realidade, há um esforço

internacional para reduzir a tensão entre os países e promover o desarmamento nuclear.

6. Conclusão

A geopolítica entre Índia, Paquistão e China é bastante complexa e delicada, devido às disputas territoriais mencionadas e às tensões históricas entre esses países. A questão da Caxemira é um dos principais pontos de tensão na região. A Índia e o Paquistão têm uma relação histórica de conflitos e tensões não resolvidas desde o processo de independência.

A China, por sua vez, vem exercendo uma forte presença econômica na região, que se tornará ainda maior após a conclusão do CPEC. Essa presença tem se mostrado cada vez mais assertiva, fruto da política externa e de expansão territorial chinesa. Tal postura tem sido encarada pela Índia como uma ameaça à sua segurança, aumentando as tensões na área.

Além disso, os três países possuem armas nucleares, fato que aumenta ainda mais a possibilidade da eclosão de um conflito armado de proporções devastadoras. No entanto, ao observar por outro prisma, a dissuasão nuclear pode ter evitado conflitos mais decisivos ou definitivos.

Em resumo, a complexa geopolítica entre Índia, Paquistão e China na Ásia Meridional é uma fonte constante de tensão e preocupação para a região e para a comunidade internacional. Espera-se que haja um esforço contínuo para promover a diplomacia e a negociação das questões litigiosas, reduzindo as tensões e evitando novos conflitos armados.

Referências:

ADHIKARI, Suddepto; KAMLE Mukul. **The Kashmir: An Unresolved Dispute Between India and Pakistan**. Geopolitics Quarterly, Vol. 6, nº 4, p. 84, 2010.

ARMSTRONG, Martin. **India Overtakes UK to Become Fifth Biggest Economy**. Statista, 2022. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/28258/gdp-of-india-and-united-kingdom/>. Acesso em: 16 de março de 2023.

BBC. **India-China dispute: The border row explained in 400 words**. BBC, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-asia-53062484>. Acesso em: 16 de março de 2023.

DAS, Dipaneeta. **China Accounts For 72% Of Major Weapons Supply to Pakistan: Report**. Republic World, 2022. Disponível em: <https://www.republicworld.com/world-news/pakistan-news/china-accounts-for-72-percent-of-major-weapons-supply-to-pakistan-report-articleshow.html>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

DODDS, Klaus. **Geopolitics: A Very Short Introduction**. London: Oxford, 2019.

GILLANI, Mahan S. **India-China border dispute has implications for Pakistan and region**. SOUTH ASIA MONITOR, 2020. Disponível em: <https://www.southasiamonitoor.org/spotlight/india-china-border-dispute-has-implications-pakistan-and-region>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

GOVERNMENT OF INDIA. **Line of Control**. MyGov, 2022. Disponível em: <https://indiancc.mygov.in/wp-content/uploads/2022/07/mygov-10000000002021905.pdf>. Acesso em: 28 de novembro de 2022.

HANSI, HPS. **Faultlines in Pakistan and Implications for India**. Centre for Land Warfare Studies (CLAWS), Manekshaw Paper, p.5-7, 2017.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

MCCARTHY, Niall. **Nuclear Warhead Reductions Continue Despite Global Tensions**. Statista, 2020. Disponível em: <https://www.statista.com/chart/3653/the-countries-with-the-biggest-nuclear-armenars/>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

OBEROI, Surinder Singh. **Ethnic separatism and insurgency in Kashmir**. Cap 8, p. 171-191, 2011. Disponível em: <http://www.apcss.org/Publications/Edited%20Volumes/ReligiousRadicalism/PagesfromReligiousRadicalismandSecurityinSouthAsiach8.pdf>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

RANE WORLD VIEW. **Disputa da região da Caxemira**. Rane World View, 2010. Disponível em: <https://worldview.stratfor.com/article/india-china-and-pakistan-tri-junction>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

UNNITHAN, Sandeep. **Why India, Pakistan follows the 'no war, no peace' motto at the Line of Control**. India Today, 2018. Disponível em: <https://www.indiatoday.in/magazine/cover-story/story/20180226-kashmir-pakistan-attack-indian-army-sunjuwan-army-camp-attack-nirmala-sitharaman-1170923-2018-02-15>. Acesso em: 22 de maio de 2023.

WIKIMEDIA, 2011. **File:India Pakistan China Disputed Areas Map.png**. Disponível em: https://commons.wikimedia.org/wiki/File:India_Pakistan_China_Disputed_Areas_Map.png. Acesso em: 20 de março de 2023.

YANG, Xiaoping. **China's Perceptions of India as a Nuclear Weapons Power**. Carnegie Endowment International Peace, 2016. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2016/06/30/china-s-perceptions-of-india-as-nuclear-weapons-power-pub-63970>. Acesso em: 20 de maio de 2023.

YEUNG, Jessie. **Indian and Chinese troops fight with sticks and bricks in video**. CNN, 2022. Disponível em: <https://edition.cnn.com/2022/12/14/asia/india-china-border-tensions-video-intl-hnk/index.html>. Acesso em: 16 de março de 2023.

GEOPOLITICAL REASONING NA POLÍTICA EXTERNA DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - DA GUERRA AO TERROR À CONTENÇÃO DA CHINA*

Mario Augusto Santos¹

Tuathail e Agnew (1992) enfatizam a geopolítica como uma ciência que nasce e floresce sob a égide dos interesses dos homens de Estado. Em outras palavras, a geopolítica seria a geografia a serviço do Estado. Neste sentido, apontam os autores que a prática de se produzir teoria geopolítica se embasa na produção de conhecimentos visando auxiliar o corpo estatal e impulsionar o poder estatal.

Partindo da concepção que a “Geopolítica é definida como uma prática discursiva na qual intelectuais do corpo estatal espacializam a política internacional e a representam como um mundo caracterizado por tipos particulares de lugares, pessoas e dramas” (TUATHAIL; AGNEW, 1992, p. 190, tradução nossa)², os autores identificam como o discurso se mostra um perfeito definidor e legitimador de conceitos e práticas que irão balizar as estratégias a serem adotadas pelos Estados Unidos no cenário internacional.

Neste sentido, a importância do discurso na análise é ressaltada, dado que este possui a capacidade de elaborar uma série de representações e práticas por meio das quais verdades são produzidas, assim como identidades são deliberadamente atribuídas e uma gama de relações sociais entre os mais diversos atores são estabelecidas, de sorte que determinados objetivos políticos possam vir a ser mais facilmente atingidos e legitimados (BIALASIEWICZ et al, 2007).

Ao se interpretar a geopolítica tendo o discurso como elemento primordial, pode-se identificar como o poder de agência do corpo estatal produz teses que são aceitas e legitimadas, tornando-se objetivos a serem abarcados pela política externa dos países, a exemplo dos Estados Unidos, que tem na guerra ao terror e na contenção da China seus maiores objetivos. Entretanto, cumpre registrar que tal instrumento, aqui conceituado como *Geopolitical Reasoning*, não se caracteriza como um mero ato discursivo, mas se reveste de ações práticas na política externa norte-americana, sobretudo no que tange à guerra ao terror e às crescentes preocupações com a ascensão chinesa no cenário global.

Pode-se vislumbrar na política internacional dos Estados Unidos o constante recurso à criação

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 11 de julho de 2023.

¹ Doutorando em Ciências Militares na ECEME e Doutorando em Relações Internacionais na PUC-Rio.

² *Geopolitics is defined as a discursive practice by which intellectuals of statecraft ‘spatialize’ international politics and represent it as a ‘world characterized by particular types of places, peoples and dramas* (Tuathail; Agnew, 1992, p. 190).

de narrativas que fazem parte de um processo político por meio do qual uma visão de mundo é modelada, de sorte que os dramas, dilemas e histórias nela contidos indicam os cenários de ação norte-americanos. Assim é que se processa a *Geopolitical Reasoning* estadunidense na política externa a ser aplicada no cenário internacional, difundindo uma visão norte-americana de mundo na qual os Estados Unidos devem desempenhar um papel importante (TUATHAIL; AGNEW, 1992).

Neste contexto, os ataques de 11/9/2001 inauguram um discurso estadunidense aclamado e legitimado pela opinião pública do país e, sobretudo, propagandeado mundo afora pela indústria cinematográfica norte-americana calcado na guerra ao terror, devendo os imperativos de política externa, segurança internacional e defesa serem direcionados para esta cruzada, ou seja, um exemplo concreto e real da *geopolitical reasoning* pelos Estados Unidos (BIALASIEWICZ et al, 2007; TUATHAIL; AGNEW, 1992).

Ao longo dos anos a guerra ao terror foi, paulatinamente, deixando de ser a preocupação máxima presente nas diretrizes da política externa norte-americana, o que demonstra que discursos não são de forma alguma estáticos, mas sim, se encontram em constante mutação e são continuamente modificados pela prática humana (TUATHAIL; AGNEW, 1992). Isto ocorre na medida em que as preocupações com a ascensão chinesa no cenário global se tornam cada vez mais crescentes, sendo a China vislumbrada pelos Estados Unidos como uma ameaça em potencial, devendo, assim, ser contida (DEGUI, 2021).

A construção dessa *Geopolitical Reasoning* norte-americana no que tange à necessidade de contenção do avanço chinês na atual conjuntura mundial se mostra presente na percepção de que “o mais percuciente e sério desafio para segurança nacional dos Estados Unidos são os coercitivos e cada vez mais agressivos esforços da China visando redesenhar a região do Indo-Pacífico e o sistema internacional em prol de seus respectivos interesses e preferências autoritárias” (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2023, p. 4, tradução nossa)³, a qual embasa a *Biden Administration October 2022 National Defense Strategy*. Observa-se que o discurso que nasce e se fortalece durante a administração *Trump* vem se tornando mais forte na administração *Biden*, tendo em vista a escalada chinesa no cenário global.

Aponta Degui (2021) que, independentemente de a presidência norte-americana ser ocupada por democratas ou republicanos a contenção do desenvolvimento chinês não se mostra um mero expediente de uma política ou marketing eleitoral previamente elaborado, mas sim um inevitável expediente da estratégia de segurança nacional dos Estados Unidos no intuito de manter a hegemonia

³ "The most comprehensive and serious challenge to U.S. national security is the PRC's coercive and increasingly aggressive endeavor to refashion the Indo-Pacific region and the international system to suit its interests and authoritarian preferences" (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2023, p. 4).

global norte-americana, estratégia essa que, à medida que a China expande sua atuação, se torna mais evidente.

Ademais, a construção da ideia do crescimento de uma disputa entre grandes potências, o que vem intensificando a competição entre Estados Unidos e China, vem alterando profundamente as questões de defesa norte-americanas - anteriormente voltadas exclusivamente para o desenho de operações contraterroristas e intensificação de operações militares no Oriente Médio, devido aos episódios do 11/09/2001 - agora tem como base, a geopolítica no debate sobre as questões de defesa norte-americanas frente à alegada da China (CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE, 2023).

Cumprir registrar, no tocante à elaboração de todo um discurso norte-americano reforçando uma *Geopolitical Reasoning* que tem na contenção chinesa seu elemento essencial, o pronunciamento de *Christopher Ashley Ford* - Secretário Assistente do *Bureau* de Segurança Internacional e Não-Proliferação dos Estados Unidos, ou seja, elemento importante do corpo estatal norte-americano - perante a Comissão Econômica e de Revisão Securitária EUA-China em *Washington*, em 20 de Junho de 2019 (US DEPARTMENT OF STATE, 2019). Nas palavras do Secretário:

“Nossa Estratégia de Segurança Nacional descreve a China como uma das ‘potências revisionistas’ que ameaçam os interesses de segurança dos EUA [...] Apesar da propaganda retórica de relações ‘win-win’, isto não significa uma pacífica e benevolente vida e deixe viver perspectiva de um modelo corrente de engajamento internacional [...] A autoproclamada missão nacional chinesa é tornar a si própria mais poderosa com relação aos demais países – e particularmente com relação aos EUA [...] Hoje em dia a China está trabalhando para exportar seu modelo de autoritarismo por meio de sua ‘Comunidade de Destino Comum’ a fim de redesenhar a governança global, utilizando-se do poder de sua economia para coagir e corromper governos ao redor do mundo que já padecem por conta de um subdesenvolvimento ou de democracias instáveis, bem como procurando levar vantagem sobre países que sofrem por conta de instabilidades financeiras [...] A China parece pensar ser realmente capaz de reordenar o mundo” (US DEPARTMENT OF STATE, 2019, n.p., tradução nossa)⁴.

De forma análoga, o que denota uma homogeneidade no discurso norte-americano que embasa a atual *Geopolitical Reasoning* do país, o *Congressional Research Service* (2023) aponta a China, inserida no âmbito da competição entre grandes potências, como a única a ser capaz de remodelar a ordem internacional para atingir seus respectivos objetivos econômicos, diplomáticos e militares, constituindo-se em uma crescente ameaça para os Estados Unidos, o que enseja uma política externa

⁴ *Our National Security Strategy describes China as one of “the revisionist powers” threatening U.S. security interests [...] Despite the “win-win” propaganda rhetoric, then, this is no peaceable, benevolent live-and-let-live vision of 21st-Century international engagement [...] Its self-conceived national mission is to make itself ever more powerful vis-à-vis everyone else – and particularly vis-à-vis the United States [...] Today, China is working to export its model of authoritarianism through its “Community of Common Destiny” to reshape global governance, utilizing the power of the Chinese economy to coerce and to corrupt governments around the world that are already suffering from underdeveloped or unstable democracies and taking advantage of countries suffering from financial instability [...] China seems to think that it really can reorder the world* (US DEPARTMENT OF STATE, 2019, n.p.).

norte-americana cada vez mais direcionada para a contenção da ascensão chinesa.

No que diz respeito especificamente à América Latina, anteriormente vista como uma zona de influência exclusiva dos Estados Unidos, as preocupações com relação à ascensão chinesa se mostram presentes em diversos aspectos, sobretudo econômico, militar, tecnológico e energético. O fluxo de investimentos e empréstimos chineses aos países da região (BAUMANN et al, 2022), a corrida chinesa por minerais estratégicos para transição energética, a exemplo do que ocorre no chamado Triângulo do Lítio⁵, os cabos submarinos chineses que cortam o Atlântico Sul e que fazem parte da iniciativa *Digital Silk Road*, bem como a celebração de acordos de cooperação em termos de defesa com países latino-americanos (a exemplo do Brasil), são fatores que vem contribuindo para que a *Geopolitical Reasoning* norte-americana guie a intensificação de esforços visando a contenção chinesa no continente.

Em suma, buscou-se aqui propor uma análise, tendo como elemento conceitual essencial a geopolítica crítica, acerca da forma pela qual a prática *Geopolitical Reasoning* norte-americana vem sendo construída e operando ao longo dessas duas primeiras décadas do século XXI. Da Guerra ao Terror, muitíssimo bem encampada pela indústria cinematográfica norte-americana e suas diversas produções enfatizando a cruzada norte-americana⁶, à contenção da China, atualmente encarada como a maior ameaça existente aos Estados Unidos. Vale ressaltar, neste sentido, a importância do discurso para a geopolítica crítica, como bem atestam Ó Tuathail e Agnew (1992) e Bialasiewicz et al (2007).

Referências:

BAUMANN, R.; LIBANIO, G.; SANTOS, M. A.; IASCO, H. **Research for Investment Cooperation Between Brazil and China**. Technical Note (IPEA), nº 8, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/publicacao-item?id=9b29af8a-2b71-4f21-b924-e739828d8326>. Acesso em: 22 de Junho de 2023.

BIALASIEWICZ, L.; CAMPBELL, D.; ELDEN, S.; GRAHAM, S.; JEFFREY, A.; WILLIAMS, A. J. **Performing Security: The Imaginative Geographies of Current US Strategy**. Political Geography, Vol. 26, nº 4, p. 405-422, 2007.

CONGRESSIONAL RESEARCH SERVICE. **Great Power Competition: Implications for Defense - Issues for Congress**. CRS Report, 2023. Disponível em: <https://sgp.fas.org/crs/natsec/R43838.pdf>. Acesso em: 22 de Junho de 2023.

DEGUI, I. **Geopolitical Thinking behind the US Policy-Making toward China and the Diplomatic Choice of Japan**. East Asian Affairs, Vol. 1, nº 2, p. 2150010-1 - 2150010-24, 2021.

⁵ Espaço geográfico formado por Argentina, Bolívia e Chile, e que concentra cerca de 68% das reservas de lítio de todo o mundo.

⁶ Em 2010 o filme *The Hurt Locker*, que no Brasil teve o título traduzido para Guerra ao Terror, foi o grande vencedor do Oscar, tendo conquistado seis estatuetas, entre elas a de melhor diretora e de melhor filme.

Ó TUATHAIL, G.; AGNEW, J. **Geopolitics and discourse: Practical Geopolitical Reasoning in American Foreign Policy**. Political Geography, Vol. 11, nº 2, p. 190-204, 1992.

US DEPARTMENT OF STATE. **Technology and Power in China's Geopolitical Ambitions**. US Department of State, 2019. Disponível em: <https://2017-2021.state.gov/technology-and-power-in-chinas-geopolitical-ambitions/index.html>. Acesso em: 23 de Junho de 2023.

SEGUNDA PARTE



O BRASIL E O SEU ENTORNO

A AJUDA VEM DO ALTO: O LANÇAMENTO AÉREO DE SUPRIMENTO EM APOIO A POPULAÇÃO YANOMAMI*

Rodrigo Tavares Ferreira¹

1. Introdução

Inicialmente, o lançamento aéreo de suprimento (LAS) foi concebido de maneira muito simples. Segundo Ferreira (2022), o lançamento aéreo de suprimento consistia em usar os aeroplanos e/ou aviões para entregar os suprimentos necessários às tropas que atuavam em locais isolados, onde os transportes terrestres e marítimos não conseguiam chegar, solucionando o problema logístico dos exércitos em campanha.

O emprego do lançamento aéreo de suprimento em operações teve seus primeiros registros ocorridos na Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mais precisamente no episódio em que os ingleses abasteceram por meio aéreo suas tropas que estavam sitiadas pelos turcos em *Kut-el-Amara* em 1916 (DEL RE, 1955; FERREIRA, 2022).

Na Segunda Grande Guerra (1939-1945), o lançamento aéreo de suprimento foi consolidado como doutrina militar, servindo como uma forma eficiente para prestar o apoio logístico às tropas que atuavam isoladamente e em locais distantes de suas bases. Como exemplo, tem o caso em que os alemães utilizaram largamente o lançamento aéreo de suprimento para apoiar o seu exército durante a Batalha de *Stalingrado* em 1942. Outro exemplo reside no episódio em que os norte-americanos supriram, por meio do lançamento aéreo de suprimento, as tropas da *101st Airborne Division* na Batalha da Ardenas em 1944 (FERREIRA, 2022; POTTER; GILLES, 2006).

No período da Guerra Fria e no pós-Guerra Fria, o lançamento aéreo de suprimento continuou a ser utilizado, principalmente pelos norte-americanos e pelos ingleses, que empregaram amplamente o lançamento aéreo de suprimento em conflitos como as guerras da Coréia, Vietnã, Iraque e Afeganistão, e também em campanhas na África Oriental, no Suez, no Brunei, em Bornéu, em Omã, na Irlanda do Norte e na Rodésia (FERREIRA, 2022; POTTER; GILLES, 2006; STURKOL, 2011).

A partir de 1970, o lançamento aéreo de suprimento começou a ser aproveitado em operações de ajuda humanitária. Em 1973, por exemplo, os ingleses lançaram alimentos às populações que viviam em regiões remotas do Himalaia. Mais recente, em 2010, após o terremoto no Haiti, os norte-americanos lançaram 25 toneladas de comida e água para a população haitiana vitimada (FERREIRA,

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 24 de maio de 2023.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro, Comandante do Batalhão DOMPSA e Mestre em Ciências Militares.

2022; POTTER; GILLES, 2006; NICKEL, 2014; THE ECONOMIC TIMES, 2014; USA, 2019).

Atualmente, nota-se que o lançamento aéreo de suprimento possui um amplo espectro de emprego, sendo largamente utilizado em operações de guerra e de ajuda humanitária. Na doutrina militar brasileira, o lançamento aéreo de suprimento está previsto para ser usado na entrega de equipamentos e suprimentos necessários às tropas e/ou às populações (BRASIL, 2021; FERREIRA, 2022).

Em vista desse cenário, surge o seguinte questionamento: *Como o lançamento aéreo de suprimento, realizado pelas Forças Armadas brasileiras, tem proporcionado ao Estado Brasileiro uma pronta resposta estratégica para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional no território Yanomami?*

Para responder esse questionamento, este artigo está estruturado da seguinte forma: inicia-se com uma breve introdução seguida da pergunta que norteia este artigo. Na sequência, discorre-se sobre a doutrina do lançamento aéreo de suprimento. Depois, descreve-se como está sendo realizada a operação de ajuda humanitária e o emprego do lançamento aéreo de suprimento em apoio à população *yanomami*. Na parte final, são realizadas considerações sobre a utilização do lançamento aéreo de suprimento nas operações de combate das Forças Armadas e em ações de apoio à população brasileira.

2. A doutrina do Lançamento Aéreo de Suprimento

Nos dias atuais, o lançamento aéreo de suprimento é definido como sendo a entrega de suprimentos e equipamentos necessários às ações das tropas empregadas nos diversos tipos de operações militares ou à sobrevivência dos elementos apoiados, por intermédio do lançamento de cargas com paraquedas, por meio de aviões ou helicópteros, tanto militares, como civis (BRASIL, 2021; FERREIRA, 2022).

O emprego do lançamento aéreo de suprimento oferece uma capacidade de pronta resposta logística para as operações, tanto de guerra, como de ajuda humanitária. Deve-se a isto, principalmente: a rapidez no transporte de itens críticos; a mobilidade para levar suprimentos a qualquer lugar; e a flexibilidade para transportar diversos tipos de materiais. Desta maneira, o lançamento aéreo de suprimento caracteriza-se como sendo uma ferramenta essencial para sustentar o apoio logístico às Forças Armadas, aos órgãos governamentais e à população (BRASIL, 2021; BRASIL, 2020; FERREIRA, 2022). Na doutrina militar brasileira, o emprego conjunto das Forças Armadas, com meios aéreos e pessoal, é imprescindível para o êxito da missão de LAS (BRASIL, 2021; BRASIL, 2020).

No Exército Brasileiro, o Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimentos

pelo Ar (B DOMPSA), Organização Militar integrante da Brigada de Infantaria Paraquedista, é o principal condutor da Força Terrestre no que se refere às missões de lançamento aéreo de suprimento (BRASIL, 2020; BRASIL, 2021; FERREIRA, 2022), estando apta a realizar essa missão nas seguintes situações:

- na urgência na distribuição dos suprimentos;
- em apoio às populações e às tropas isoladas;
- nas áreas e/ou localidades que não possuem uma rede de estradas adequadas que permitam o acesso ao local;
- na interdição ou redução do tráfego nas estradas;
- na transposição de obstáculos, geográficos ou não, de grande vulto; e
- em operações que exijam deslocamentos longos e rápidos.

Em vista disso, diversos tipos de suprimentos podem ser lançados por via aérea, como por exemplo: equipamentos de emprego militar, alimentos não perecíveis, água potável, medicamentos, material hospitalar, roupas, calçados, material de higiene pessoal, barracas, colchões, botes infláveis, abrigos, materiais de construção, entre outros. Para realizar o lançamento aéreo desses materiais, os mesmos são acondicionados em cargas, que variam de peso e tamanho, sendo: as leves (até 227 kg); as médias (de 227 kg até 1.000 kg) e as pesadas (acima de 1.000 kg) (BRASIL, 2021).

3. A operação de ajuda humanitária aos *Yanomamis*

a. O Comando Operacional Conjunto Amazônia e os desafios da logística

O Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023, dispôs sobre as medidas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional e de combate ao garimpo ilegal no território *Yanomami* a serem adotadas por órgãos da administração federal (BRASIL, 2023a). Por conseguinte, a Portaria GM-MD nº 710, de 3 de fevereiro de 2023, orientou o apoio que deve ser prestado pelas Forças Armadas. Em decorrência disso, o Ministério da Defesa ativou o Comando Operacional Conjunto Amazônia para atuar em Roraima e na porção do Estado do Amazonas incluído na terra indígena *Yanomami* (BRASIL, 2023b).

O território *Yanomami* possui mais de 96.650 km², uma área equivalente o tamanho de Portugal, a qual está localizada dentro da floresta amazônica numa região montanhosa de difícil acesso e que não possui um adequado sistema de transporte, tornando-se num enorme desafio para a logística (BRASIL, 1992; MEIRA MATTOS, 1984; SOMAIN, 2011).

Para cumprir o determinado pela a Portaria GM-MD nº 710, o Comando Operacional Conjunto Amazônia observou a existência de desafios para prestar o apoio logístico a população *Yanomami*, tais como: a urgência na chegada dos alimentos a locais de difícil acesso; o deslocamento dos

materiais por grandes distâncias geográficas, que só é possível com o uso de aeronaves; a transposição de um enorme obstáculo geográfico, como a floresta amazônica; e a falta de estradas que dão acesso ao local onde vivem os indígenas (BRASIL, 2023a; BRASIL, 2021; BRASIL, 2020). Para superar os desafios apresentados, os seguintes meios aéreos das Forças Armadas foram colocados à disposição do Comando Operacional Conjunto Amazônia:

Tabela 1 - Aviões e helicópteros empregados

Força Armada	Aviões	Helicópteros
FAB	A-29, E-99, R-99, C-98 Caravan, KC-390 Millennium, C-105 Amazonas	H-60 <i>Black Hawk</i> e H-36 Caracal
EB	--	HM-2 <i>Black Hawk</i> e HM-4 Jaguar
MB	--	UH-15 Super Cougar

Fonte: AEROIN, 2023.

Para assegurar a efetividade no apoio logístico à população *Yanomami*, o Comando Operacional Conjunto Amazônia detectou as seguintes premissas:

1º) vencer a distância de, aproximadamente, 330 km entre Boa Vista-RR, sede do Comando Conjunto, e o 4º Pelotão Especial de Fronteira, onde situa-se o aeródromo de Surucucu, principal rota de acesso aéreo ao território *Yanomami* (AEROIN, 2023);

2º) propiciar o fluxo ininterrupto de suprimentos entre Boa Vista-RR e o território *Yanomami* (AEROIN, 2023; BRASIL, 2023c); e

3º) reconstruir a pista de pouso do aeródromo de Surucucu, ação que possibilita a retomada do pouso de aviões de carga, como o C-105 Amazonas (BRASIL, 2023c; PODER 360, 2023).

Para vencer o desafio imposto pela geografia e prestar o apoio logístico efetivo aos *Yanomamis*, a solução encontrada pelo Comando Operacional Conjunto Amazônia foi a de realizar o lançamento aéreo de suprimentos.

b. O Lançamento Aéreo de Suprimento em apoio a população *Yanomami*

Na missão de lançamento aéreo de suprimento em apoio à população *Yanomami*, duas Organizações Militares desempenharam um papel fundamental: o B DOMPSA (Exército Brasileiro) e o 1º Esquadrão do 15º Grupo de Aviação - 1º/15º GAV (Força Aérea Brasileira). Os militares dessas Organizações Militares atuaram diuturnamente na preparação das cargas, no lançamento aéreo e na distribuição dos suprimentos.

Os militares do B DOMPSA trabalharam na preparação das cargas com os suprimentos que foram lançadas pelos aviões, tais como: alimentos para atender aos indígenas; materiais de construção para a reconstrução da pista do aeródromo de Surucucu; e combustíveis para reabastecimento das aeronaves que pousaram em Surucucu. Após a sua preparação, as cargas foram embarcadas nos

aviões da Força Aérea Brasileira, conforme apresentado a seguir:

Figura 1 - Carga média (de 227 kg até 1.000 kg)



Fonte: GZH, 2023.

Figura 2 - Avião C-105 Amazonas com cargas médias embarcadas (com 4,8 Ton de Sup)



Fonte: o AUTOR, 2023.

Figura 3 - Avião KC-390 Millennium com cargas médias embarcadas (com 9,6 Ton de Sup)



Fonte: o AUTOR, 2023.

Os militares do 1º/15º GAV, voando nos aviões KC-390 e C-105, realizaram os lançamentos aéreos dos suprimentos no aeródromo de Surucucu. Nessa ocasião, o tempo de voo entre Boa Vista-RR e Surucucu foi de, aproximadamente, 1 hora e 20 minutos no KC-390, e por volta de 2 horas e 10 minutos no C-105.

Figura 4 - Lançamento aéreo de suprimentos executado pelo KC-390



Fonte: BARROS, 2023.

Figura 5 - Carga chegando ao solo no aeródromo de Surucucu-RR



Fonte: o AUTOR, 2023.

Após a chegada das cargas ao solo, os militares do Exército Brasileiro desmontaram as cargas e prepararam os suprimentos para a distribuição junto à população local (BRASIL, 2023c). Após isso, as cestas básicas foram embarcadas nos helicópteros das Forças Armadas e foram distribuídas para as 133 comunidades *Yanomami*, localizadas no interior da floresta amazônica. A Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) planejou de forma detalhada a entrega dos alimentos e acompanhou todo o trabalho da distribuição aos indígenas (BRASIL, 2023c).

Com relação aos paraquedas, as placas dissipadoras de choque e os *containers* utilizados para lançar esses suprimentos pelo ar retornaram para Boa Vista-RR, uma vez que poderiam e deveriam ser reutilizados em futuros lançamentos, movimento que caracteriza a logística reversa.

Em que pese o Comando Operacional Conjunto Amazônia ainda não ter concluído a sua missão,

os números parciais obtidos são expressivos. Do dia 23 de janeiro até o dia 17 de maio de 2023, o B DOMPSA e o 1º/15º GAV lançaram 559 cargas médias na floresta amazônica, atingindo a marca de mais de 287 toneladas de suprimentos, contendo:

Tabela 2 - Suprimentos lançados por via aérea, dados parciais

Tipos de Suprimentos	Quantidade	Destino
Classe I – subsistência	10.454 cestas básicas (220.922 kg)	população indígena
	5.576 kg de gêneros alimentícios	4º PEF
	984 litros de água envasada	população indígena
Classe III – combustíveis, óleos e lubrificantes	4.320 litros de óleo diesel	4º PEF
	21.920 litros de querosene de aviação	abastecimento dos helicópteros
Classe IV – materiais de construção	35.575 kg de massa asfáltica	recuperação da Pista de Pouso e Decolagem
	620 kg de óleo asfáltico	
	716,5 kg de cimento	

Fonte: o AUTOR, 2023.

Por meio do lançamento aéreo de suprimento, o Comando Operacional Conjunto Amazônia garantiu e estabeleceu o fluxo ininterrupto dos suprimentos ao território *Yanomami*, fornecendo os alimentos necessários à população indígena e os materiais de construção, essenciais para a conclusão da reforma da pista do aeródromo de Surucucu, o que permitiu a retomada dos pousos dos aviões de carga, como o C-105, na região amazônica (BRASIL, 2023c).

4. Conclusão

O emprego do lançamento aéreo de suprimento em operações militares é uma realidade nas Forças Armadas desde a 1ª Guerra Mundial (1914-1919), tendo a sua consolidação doutrinária na 2ª Guerra Mundial (1939-1945). Entretanto, somente a partir da década de 1970, seu emprego foi iniciado em operações de ajuda humanitária.

O lançamento aéreo de suprimento executado pelas aeronaves, nas operações de combate das Forças Armadas ou em ações de apoio à população, permite a entrega dos suprimentos em locais isolados desprovidos de transporte terrestre e/ou marítimo, tanto para as tropas, como para a população, solucionando o problema logístico do desabastecimento dos diversos tipos de materiais e equipamentos.

No âmbito da operação de ajuda humanitária aos *Yanomamis*, o Comando Operacional Conjunto Amazônia, por meio do lançamento aéreo de suprimento, assegurou o fluxo ininterrupto de suprimentos à população indígena, que vive isolada em território de difícil acesso.

Até o presente, mais de 287 toneladas de suprimentos foram lançadas por via aérea no território *Yanomami*. Em comparação com os norte-americanos, os números obtidos do apoio prestado pelas Forças Armadas brasileiras tornam-se ainda mais relevantes, haja vista que os norte-americanos em

2010, lançaram por via aérea, 25 toneladas de comida e água para a população haitiana vitimada pelo terremoto, ao passo que as Forças Armadas brasileiras lançaram mais de 287 toneladas de suprimentos por via aérea no território *Yanomami*, um número quase 13x maior do que o registrado pelos norte-americanos no Haiti.

Cabe ainda salientar que o apoio prestado pelas Forças Armadas brasileiras não ficou restrito apenas a alimentos e água. Ainda teve o lançamento aéreo de materiais de construção, que teve caráter eminentemente estratégico, uma vez que permitiu a reforma da pista do aeródromo de Surucucu, que é a principal rota de acesso aéreo ao território *Yanomami*, possibilitando dessa forma, a retomada do pouso de aviões cargueiros da Força Aérea Brasileira, como o C-105.

Em vista do exposto, pode-se concluir que lançamento aéreo de suprimento, realizado pelas Forças Armadas brasileiras, por meio do B DOMPSA e do 1º/15º GAV, proporcionou ao Estado Brasileiro uma pronta resposta estratégica para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância nacional no território *Yanomami*, devido a sua flexibilidade, mobilidade e rapidez para alcançar qualquer parte do território nacional.

Referências:

AEROIN. **Maior lançamento aéreo de suprimento dos últimos anos ocorreu em terras Yanomamis**. Disponível em: <https://aeroin.net/maior-lancamento-aereo-de-suprimento-dos-ultimos-anos-ocorreu-em-terras-ianomamis/>. Acesso em: 24 de março de 2023.

BARROS, Marcelo. **Apoio a yanomamis teve a maior operação de lançamento aéreo de suprimento dos últimos anos**. Defesa em Foco, 2023. Disponível em: <https://www.defesaemfoco.com.br/apoio-a-yanomamis-teve-a-maior-operacao-de-lancamento-aereo-de-suprimento-dos-ultimos-anos/>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 780, de 25 de maio de 1992 - Homologa a demarcação administrativa da Terra Indígena YANOMAMI, nos Estados de Roraima e Amazonas**. Presidência da República, 1992. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/dnn/anterior_a_2000/1992/Dnn780.htm. Acesso em: 04 de maio de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. **Doutrina de Operações Conjuntas - MD30-M-01**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020.

BRASIL. Exército Brasileiro. COTER. **Manual de Campanha Batalhão de Dobragem, Manutenção de Paraquedas e Suprimento pelo Ar**. Brasília: COTER, 2021.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023. Dispõe sobre medidas para enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no território Yanomami a serem adotadas por órgãos da administração federal**. Brasil, 2023a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/Decreto/D11405.htm. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Portaria GM-MD nº 710, de 3 de fevereiro de 2023 - Aprova a Diretriz Ministerial que orienta o apoio das Forças Armadas para as ações de enfrentamento da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional e de combate ao garimpo ilegal no Território Yanomami, nos termos do Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023.** Ministério da Defesa, 2023b. Disponível em: <https://www.fab.mil.br/sis/enoticias/imagens/pub/44993/i23249314809320.pdf>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. **Exército conduz logística de lançamento de alimentos na Amazônia.** Brasil, 2023c. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/znUQcGfQ6N3x/content/id/16541739. Acesso em: 24 de março de 2023.

DEL RE, Januário João. **A Intendência Militar através dos tempos.** Vitória: Companhia Editora Americana, 1955

FERREIRA, Rodrigo Tavares. **A história do Lançamento Aéreo de Suprimento.** EBLOG, 2022. Disponível em: [https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-historia-do-lancamento-aereo-de-suprimento.html#:~:text=Essa%20opera%C3%A7%C3%A3o%20durou%20de%2024,\(DEL%20RE%2C%201955\)](https://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-historia-do-lancamento-aereo-de-suprimento.html#:~:text=Essa%20opera%C3%A7%C3%A3o%20durou%20de%2024,(DEL%20RE%2C%201955)). Acesso em: 05 de fevereiro de 2023.

GZH. **Suprimentos são lançados na terra yanomami por aviões da FAB.** GZH, 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2023/02/suprimentos-sao-lancados-na-terra-yanomami-por-avioes-da-fab-veja-fotose-video-da-acao-cldokn2qe001a015766uetstr.html>. Acesso em: 01 de maio de 2023.

MEIRA MATTOS, Carlos de. **Geopolítica e Trópicos.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1984

NICKEL, Shawn. **Riggers support air drops in Northern Iraq.** US Army, 2014. Disponível em: https://www.army.mil/article/131599/riggers_support_air_drops_in_northern_iraq. Acesso em: 17 de maio de 2023.

PODER 360. **Militares reformam pista de acesso à terra yanomami.** Poder 360, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/militares-reformam-pista-de-acesso-a-terra-yanomami/>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

POTTER, J. A.; GILES, L. **The United Kingdom's Air Drop Capability.** Bruxelas: OTAN, 2006.

THE ECONOMIC TIMES. **The Economic Times. US humanitarian relief airdrop mission over Iraq.** The Economic Times, 2014. Disponível em: <https://economictimes.iindiatimes.com/nation-world/us-humanitarian-relief-airdrop-mission-over-iraq/slideshow/41418770.cms>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

SOMAIN, René. **Uma geografia dos Yanomami.** *Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasilera de geografia*, nº 11, 2011.

STURKOL, Scott T. **Afghanistan airdrop levels set record in 2010.** Andersen Air Force Base, 2011. Disponível em: <https://www.andersen.af.mil/News/Article-Display/Article/415414/afghanistan-airdrop-levels-set-record-in-2010/>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

USA. Department of the Army. **FM 4-0 Sustainment Operations.** Washington-DC: US Army, 2019.

AMAZÔNIA: O CONTRATO SOCIAL DO ESTADO BRASILEIRO*

Anselmo de Oliveira Rodrigues¹

Introdução

As queimadas ocorridas anualmente na floresta amazônica normalmente costumam desencadear crises internacionais, que são marcadas por forte guerra de informação, pela propagação de *fake news*, por pronunciamentos emitidos por personalidades (artistas, esportistas, políticos e personalidades em geral) e pelo corte de verbas europeias destinadas a determinadas ONG's que atuam na Amazônia.

Com essa atmosfera, recorrentemente o Brasil tem sido acusado por boa parte da sociedade e do sistema internacional em contribuir para o aumento da temperatura global. Diante da complexidade do mundo globalizado e da importância desse tema nas esferas nacional e internacional, este artigo procura destinar um foco especial sobre as principais percepções existentes sobre o meio ambiente e a relação estabelecida entre o Estado brasileiro e a floresta amazônica.

A consciência situacional sobre o meio ambiente

Os primeiros movimentos organizados pela sociedade para depreender a relação que o homem estabelece com o meio ambiente surgiram na década de 1950. Neste período, com o planeta experimentando forte crescimento populacional global, alguns cientistas e acadêmicos se mostraram preocupados com o futuro da humanidade, mais precisamente quanto à preservação dos recursos naturais essenciais para a vida humana. A manifestação desse grupo ficou materializada em diversos estudos realizados nas décadas de 1950 e 1960, os quais visavam a alargar a compreensão sobre a relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente. Foi nesse contexto que surgiu a teoria verde no âmbito das relações internacionais.

Não demorou muito para que esse tema despertasse o interesse de outras áreas do conhecimento. Assim, a teoria verde foi se expandindo para outros campos, tais como: ciência política, geografia, ecologia, biologia, história, geopolítica, dentre outros. De perspectiva multidisciplinar, rapidamente esse assunto foi ganhando relevo e importância na sociedade e não tardou para que a Organização das Nações Unidas organizasse, em 1972, a primeira conferência mundial sobre o meio ambiente: a Conferência de Estocolmo.

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 05 de julho de 2023.

¹ Coronel do Exército Brasileiro e Coordenador do Observatório Militar da Praia Vermelha.

Mas a iniciativa onusiana não teve a força necessária durante a Guerra Fria, que literalmente congelou as ações da instituição no sistema internacional, da mesma forma que limitou o avanço dessa temática nesse período. Com o final da Guerra Fria e o conseqüente descongelamento das ações da ONU, naturalmente esse tema voltou a ser destaque no cenário internacional. Desde então, várias iniciativas (estatais, públicas e privadas) têm sido implementadas para melhor compreender, normatizar, organizar e definir parâmetros na relação estabelecida entre o homem e o meio ambiente.

É dessa forma que a teoria verde tem evoluído, importando características relevantes de cada época e de várias áreas do conhecimento. Assunto sensível e de natureza complexa, uma consciência situacional adequada sobre o meio ambiente precisa passar, obrigatoriamente, pela compreensão das duas principais correntes de pensamento existentes na teoria verde e como elas se manifestam: a *corrente neoliberal* e a *corrente neorrealista*.

De uma maneira geral, a corrente neoliberal procura incentivar a criação de estruturas (públicas e privadas) que buscam aumentar a conscientização da sociedade sobre o meio ambiente. Com enfoque voltado nas implicações das atuais mudanças climáticas sobre o futuro da humanidade, a corrente neoliberal se materializa pela atuação de grupos econômicos de interesse, de organizações e de instituições. É com base nessa linha de pensamento que se dá a atuação de algumas instituições, da igreja, de ONG's, de ativistas, de alguns setores da mídia e de alas radicais acadêmicas.

A corrente neorrealista, por sua vez, está pautada pela preservação do Estado-Nação. Essa corrente de pensamento procura cumprir o contrato social firmado entre o Estado e a sua população, com foco voltado na proteção dos interesses nacionais frente a complexidade do mundo contemporâneo, quais sejam: ONG's, ameaças estatais, efeitos climáticos nos dias atuais, alguns setores da mídia, *fake news*, dentre outros. Para proteger os recursos naturais e ajudar a população afetada pelos desastres naturais, o Estado adota perspectiva geopolítica, vinculando esse tema à segurança e à defesa. Dessa forma, verificam-se basicamente que os Estados e alguns setores acadêmicos adotam essa linha de pensamento.

É com base nessa arquitetura que a temática que envolve o meio ambiente está estruturada no sistema internacional: de um lado os neoliberais, e de outro os neorrealistas. Tema relativamente novo, as distintas posturas e os diversos atores em cena revelam a complexidade que envolve esse assunto nos dias atuais.

O Estado Brasileiro e a Amazônia

Em que pese a realidade do aquecimento global nos dias atuais, verifica-se que não há consenso na comunidade científica sobre a principal causa desse aquecimento. Em linhas gerais, a discussão paira sobre três aspectos: o avanço do capitalismo em diversos Estados; o uso indiscriminado e

irresponsável do meio ambiente em inúmeros países; e os ciclos de precessão do planeta. Assim, adotar como premissa que a principal causa do aquecimento global reside num fenômeno que ocorre todos os anos há séculos na região amazônica (ocorrência de queimadas durante a estação seca) não se sustenta numa proposta científica isenta e credível.

Sob a perspectiva histórica, nota-se que o constructo da Amazônia brasileira representa o esforço de inúmeras gerações de brasileiros que vem atuando na região durante séculos para conquistá-la e mantê-la. Enquadram-se nesse universo pessoas ilustres como Pedro Teixeira, Barão do Rio Branco, Marechal Rondon, até indivíduos mais humildes, como os militares brasileiros (muitos deles indígenas) que atualmente resguardam a soberania brasileira nas fronteiras da Amazônia. Logo, a implementação de um espaço internacional ou uma guarda compartilhada desse bioma (corredor Triplo A por exemplo) em território brasileiro representa o rompimento de um contrato social firmado e mantido por séculos entre o Estado brasileiro e sua população.

Sob a perspectiva política, verifica-se que a Amazônia abrange territórios de nove países, sendo que a maior parte dela está inserida no Estado brasileiro, pelo que lhe confere a liderança natural e legítima para deliberar sobre ela no sistema internacional. Em decorrência disso, conclui-se que a participação do Brasil nesse assunto é condição *sine qua non* para que qualquer ideia (neoliberal ou neorrealista) logre êxito e venha a se transformar em ações e políticas públicas que venham ao encontro do contrato social firmado entre o Estado e a população brasileira.

Considerações Finais

Por fim, em respeito aos nossos antepassados e visando o melhor para as gerações futuras, entende-se que *a soberania brasileira na Amazônia e o uso sustentável da floresta são cláusulas pétreas de um contrato social firmado e mantido por séculos entre o Estado brasileiro e sua população, portanto inegociáveis.*

A 17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA E A OPERAÇÃO VERDE BRASIL - OPORTUNIDADE PARA O COMBATE AOS DELITOS TRANSFRONTEIRIÇOS*

Daniel Simões da Silva¹

1. Introdução

A questão ambiental na Amazônia tem chamado a atenção da opinião pública no Brasil e no mundo. Diante deste fato, entre 2019 e 2020, o Estado brasileiro implementou a operação Verde Brasil, que foi uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) voltada ao combate do desmatamento ilegal e dos incêndios florestais em áreas da Amazônia Legal.

A resposta aos problemas ambientais por meio de operações de GLO levantou discussões e questionamentos, sobretudo ao que diz respeito a sua eficácia como resposta aos ilícitos ligados ao meio ambiente (DIAS; GOMES, 2018), fato que ficou evidenciado em uma audiência na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, quando um deputado federal fez algumas críticas à atuação dos militares, questionando seus resultados e defendendo inclusive a extinção deste tipo de operação (COSTA, 2023).

Portanto, fica latente o desconhecimento do assunto por parte da população e até mesmo por parte das autoridades, sendo, portanto, imperiosa a necessidade de um maior aprofundamento sobre o tema.

2. Desenvolvimento

Em vista dessas considerações, cabe destacar que a Garantia da Lei e da Ordem permite que as Forças Armadas atuem com poder de polícia em áreas determinadas e por tempo limitado para preservar a ordem pública, a integridade da população e do patrimônio, bem como para garantir o funcionamento regular das instituições. Atualmente, o Exército Brasileiro tem sido cada vez mais demandado para executar missões deste tipo.

De maneira semelhante, são desencadeadas as chamadas operações em faixa de fronteira, que buscam mitigar os delitos transfronteiriços ligados ao crime organizado internacional. Estas operações estão amparadas na LC 97/1999, conforme descrito a seguir:

“Art. 16-A. Cabe às Forças Armadas, além de outras ações pertinentes, também como atribuições subsidiárias, preservadas as competências exclusivas das

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 14 de julho de 2023.

¹ Tenente-Coronel do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CPEAEx na ECEME.

polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, independentemente da posse, da propriedade, da finalidade ou de qualquer gravame que sobre ela recaia, contra delitos transfronteiriços” (BRASIL, 1999).

Tanto no contexto das operações em faixa de fronteira, como nas operações de GLO, existe o conceito de segurança integrada, que tem o objetivo de estimular e caracterizar maior participação e integração de todos os setores envolvidos, abrangendo ações preventivas e repressivas. Em linhas gerais, pode-se dizer que o modo de operar é basicamente o mesmo, diferindo apenas o amparo legal para o emprego, conforme sintetizado na tabela a seguir:

Tabela 1 - Síntese do ordenamento jurídico operação em faixa de fronteira e GLO

Operações em faixa de fronteira	Operações GLO
LC 97/99 e atualizações	Decreto Presidencial
Atuação contra crimes ambientais e transfronteiriços na faixa de fronteira.	Tem poder de polícia no tempo e no espaço discriminado no Decreto. Usado de forma episódica
Normalmente ocorrem operações em ambiente interagências. Não há subordinação.	Os meios do estado são insuficientes e ficam subordinados às Forças Armadas.

Fonte: BRASIL, 1979; BRASIL, 2018.

Com a finalidade de trazer mais luz ao tema, o Exército Brasileiro intensificou sua atuação na parte ocidental na faixa de fronteira amazônica, com foco nas operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA). Essas operações consistem no apoio do Exército Brasileiro aos órgãos ou instituições, sejam eles governamentais ou não, militares ou civis, públicos ou privados, nacionais ou internacionais. O objetivo das OCCA é conciliar interesses e coordenar esforços para alcançar objetivos ou propósitos convergentes que beneficiem o bem comum. Isso permite evitar a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções, promovendo a atuação eficiente, eficaz e efetiva dos envolvidos, com menores custos (BRASIL, 2018).

Tanto as operações de GLO, assim como as operações em faixa de fronteira são executadas neste ambiente interagências, potencializando as capacidades de todos os órgãos envolvidos.

Diante das ameaças internas e transnacionais, é de fundamental importância a compreensão do conceito de atuação das Forças Armadas na faixa de fronteira brasileira, onde o Estado brasileiro delega às Forças Armadas a atribuição para atuar de forma repressiva contra ameaças que possam interferir na sua soberania nacional, delimitando o espectro de atuação contra os ilícitos (ARAÚJO, 2018). Neste contexto, foi criada a operação Ágata, de caráter repressivo, coordenada pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) em coordenação com outras agências do governo (ANDRADE et al, 2019). Seu objetivo é coibir delitos como narcotráfico, contrabando, descaminho, tráfico de armas, tráfico de munições, crimes ambientais, imigração e garimpo ilegais. As ações

executadas abrangem desde a vigilância do espaço aéreo até operações de patrulha nos principais rios e estradas que dão acesso ao país. Desde 2011, a operação supracitada ocorre regularmente na área do Comando Militar da Amazônia (MUNIZ, 2018).

Neste mesmo sentido, o Comando Militar da Amazônia estabeleceu as operações Curare e Curaretinga a fim de permitir a continuidade das ações de combate aos ilícitos transfronteiriços e cobrir lapso temporal da operação Ágata (BARROS, 2018).

Em se tratando especificamente da operação Verde Brasil (em suas duas edições), esta foi desencadeada pelo governo federal, a partir da autorização de emprego das Forças Armadas em operações de GLO e em ações subsidiárias, abarcando as terras indígenas, unidades federais de conservação ambiental e outras áreas federais nos estados da Amazônia Legal, por meio de ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, direcionadas ao combate de desmatamento ilegal e focos de incêndio (PAIM, 2022). Entretanto, a operação Verde Brasil também atuou, mesmo que de forma indireta ou em menor intensidade, contra outros ilícitos comuns às áreas de fronteiras.

A operação Verde Brasil também transcorreu nos estados do Acre, Rondônia e no extremo sul do Amazonas, porção que correspondente a área de responsabilidade da 17ª Brigada de Infantaria de Selva. Essa região é estratégica para o Brasil, pois faz fronteira com o Peru e a Bolívia, dois dos maiores produtores de cocaína do mundo. Além disso, a região conecta a parte ocidental da Amazônia ao oceano Pacífico e demais áreas do país. Além disso, a região apresenta diversas ameaças internas e transnacionais que comprometem a segurança nacional, tais como: narcotráfico, contrabando, tráfico de armas, facções criminosas, imigração ilegal, garimpo ilegal, crimes ambientais, biopirataria, dentre outros (BRASIL, 2019a).

O balanço final dos principais resultados tangíveis, das duas edições da operação, foi divulgado pela assessoria de comunicação social da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, podendo ser verificados de acordo com a tabela a seguir:

Tabela 2 - Resultados das Operações Verde Brasil

Atividades e apreensões	Verde Brasil 1	Verde Brasil 2
Focos de incêndio combatidos	947	356
Madeira apreendida	1.533 m ³	56.754,519 m ³ ,
Instalações clandestinas destruídas (acampamentos, pontes, etc)	50	-
Pessoas detidas	95	44
Dragas (Balsas de garimpo)	20	6
Embarcações	2	68
Tratores de esteira	26	15
Motosserras	51	40
Carne e pescado	-	3.786 kg
Máquinas de mineração	15	-
Outros equipamentos (geradores, bombas elétricas, motores de popa, rádios, GPS e etc)	72	19

Mercúrio	3 litros	-
Armas	78	33
Munições	136	270
Combustível	22.293 litros	7.000 litros
Veículos (Caminhões, carros e motos)	60	66
Animais silvestres	4	76
Dinheiro em espécie	R\$ 5.825,00	-
Drogas	-	16,250 Kg
Maços de cigarro	-	300
Áreas embargadas	12.542,61 hectares	54.777,33 hectares
Cassiterita	-	418,16 Kg
Termos de infração	247	457
Multas aplicadas	R\$ 87.566.000,00	R\$ 359.882.095,01

Fonte: BRASIL, 2019b; BRASIL, 2021.

Conforme demonstrado anteriormente, os ilícitos não ligados diretamente com os incêndios florestais (garimpo ilegal, contrabando, tráfico de drogas e armas) não tiveram resultados tão expressivos, evidenciando a necessidade de fortalecer as ações e estratégias para combater esses crimes de forma mais eficaz.

É importante salientar que, embora tenham amparos jurídicos distintos, tanto as operações na faixa de fronteira, como as operações de GLO, são caracterizadas pela atuação das Forças Armadas em coordenação com demais órgãos, que por sua vez, têm suas capacidades potencializadas.

Portanto, em áreas de fronteira e adjacências, como é o caso da 17ª Brigada de Infantaria de Selva, é interessante aproveitar as agências mobilizadas para cumprir as missões voltadas ao combate a delitos transfronteiriços, aumentando a eficácia das operações, buscando o melhor aproveitamento de recursos e capacidades dos órgãos envolvidos, o que ocorreu durante a GLO ambiental.

3. Conclusão

Por fim, entende-se que as operações Verde Brasil trouxeram resultados positivos no combate ao desmatamento ilegal, aos incêndios florestais e outros crimes relacionados. Por meio da GLO, as Forças Armadas puderam atuar de forma repressiva em áreas determinadas, aproveitando a capacidade das Forças Armadas em coordenação com outros órgãos.

No entanto, acredita-se que é essencial continuar a aprimorar essas operações, fortalecendo a cooperação interinstitucional e adotando medidas mais efetivas para enfrentar os diversos desafios presentes na região amazônica. A proteção da Amazônia e o combate aos crimes transfronteiriços são questões de grande relevância, tanto para o Brasil, quanto para a comunidade internacional. Por isso requerem um esforço contínuo e coordenado para obter resultados cada vez mais significativos.

Recentemente, em um novo decreto, assinado em 22 de junho de 2023, pelo presidente em exercício, Geraldo Alckmin, deu às Forças Armadas atribuições de polícia, como fazer revistas

pessoais, cumprir mandados de busca e apreensão e efetuar prisões em flagrante na faixa de fronteira que atravessa a terra indígena *Yanomami*, em Roraima. O novo ato amplia o escopo e passa incluir a execução de ações preventivas e repressivas contra os delitos na área de fronteira (LESSA, 2023).

Portanto, é equivocado e simplista criticar indiscriminadamente as operações GLO ou as operações em faixa de fronteira sem mensurar seus resultados e quais foram os benefícios trazidos para a sociedade devido a sua execução. O trabalho das Forças Armadas em parceria com as forças policiais e outros órgãos têm se mostrado fundamental e primoroso para garantir a integridade do país e o bem-estar da população, devendo essas ações serem reforçadas pelas autoridades para que este esforço continue a trazer resultado positivo para o Brasil.

Referências:

ANDRADE, I. D. O. et al. **Desafios Contemporâneos para o Exército Brasileiro**. Brasília: IPEA, 2019.

ARAÚJO, Marco Aurélio Bezerra de. **As Operações Militares Desenvolvidas na Faixa de Fronteira da Região Amazônica: atuação do Comando Militar da Amazônia nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

BARROS, L. A. **O Poder de Polícia do Exército Brasileiro para prevenir e reprimir crimes transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira do Estado do Amazonas: Um panorama recente**. Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Superior de Guerra, 2018. Rio de Janeiro: ESG, 2018.

BRASIL. Presidência da República. **Lei no 6.634, de 2 de maio de 1979 - Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-lei no 1.135, de 3 de dezembro de 1970 e dá outras providências**. Brasília: Presidência da República, 1979.

BRASIL. Presidência da República. **Lei complementar no 97, de 9 de junho de 1999 - Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas**. Brasília: Presidência da República, 1999.

BRASIL. Exército Brasileiro. Comando de Operações Terrestres. **Operação de Garantia da Lei e da Ordem**., Brasília: COTER, 2018.

BRASIL. Exército Brasileiro Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. **Palestra sobre a Operação Verde Brasil proferida aos integrantes da Escola de Estado Maior do Exército**. Rio de Janeiro: ECEME, 2019a.

BRASIL. Exército Brasileiro. 17ª Brigada de Infantaria de Selva. **Encerramento da operação Verde Brasil**. Brasil, 2019b. Disponível em: <https://17bdainfsl.eb.mil.br/noticias/17-bda-inf-sl-encerramento-da-operacao-verde-brasil.html>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

BRASIL. Exército Brasileiro. 17ª Brigada de Infantaria de Selva. **Encerramento da operação Verde**

Brasil 2. Brasil, 2021. Disponível em: <https://17bdainfsl.eb.mil.br/noticias/17-bda-inf-sl-encerramento-da-op-verde-brasil-2.html>. Acesso em: 22 de junho de 2023.

COSTA, Cristyan. **As verdades de Ricardo Salles para as Forças Armadas.** Revista Oeste, 2023. Disponível em: <https://revistaoeste.com/politica/as-verdades-de-ricardo-salles-para-as-forcas-armadas/>. Acesso em: 23 de junho de 2023.

DIAS, Haryan Gonçalves; GOMES, Tulio Endres da Silva. **Forças Armadas na Segurança Pública: insegurança jurídica persistente.** Revista da Escola Superior de Guerra, Vol. 33, n° 68, p. 118-157, 2018.

LESSA, Henrique. **Militares ganham poder de polícia para enfrentar o garimpo ilegal.** Correio Braziliense, 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/06/5103952-militares-ganham-poder-de-policia-para-enfrentar-o-garimpo-ilegal.html>. Acesso em: 24 de junho de 2023.

MUNIZ, Carlos Humberto Feitosa. **O emprego do Exército Brasileiro no combate aos delitos transfronteiriços e ambientais na faixa de fronteira amazônica e o atual preparo dos Batalhões de Infantaria de Selva para atuar nesse contexto.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2018. Rio de Janeiro: ECEME, 2018.

PAIM, Rodrigo de Almeida. **Operações de Garantia da Lei e da Ordem na Amazônia Legal: combate aos ilícitos ambientais.** Coleção Meira Mattos, Vol. 16, n° 56, p. 295-325, 2022.

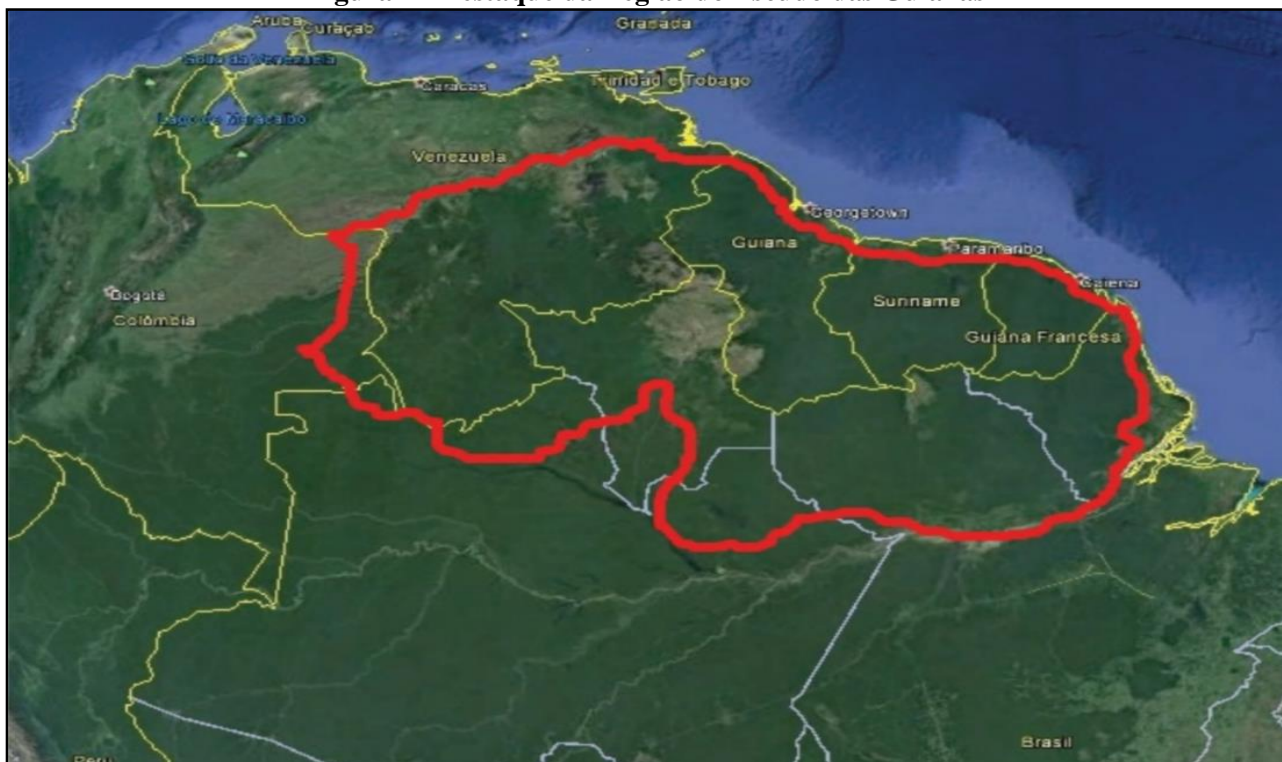
CRIME ORGANIZADO, OURO E MIGRAÇÕES: ASPECTOS DA DINÂMICA DE FRONTEIRA NO ESCUDO DAS GUIANAS*

*Lucas Barreto Rodrigues¹
Everaldo Bastos Furtado²*

1. Introdução

A porção norte da América do Sul chamada de Amazônia Caribenha, platô das Guianas ou Escudo das Guianas (PROCÓPIO, 2007), é um recorte geológico que pode ser limitado (com pequenos ajustes) pelos rios Amazonas e Negro ao sul, rio Orinoco ao oeste e pelo litoral atlântico. Esse recorte geográfico engloba dois países: Guiana e Suriname, e parte de outros quatro: Brasil, Venezuela, Colômbia e a Guiana Francesa (FERREIRA, 2015).

Figura 1 - Destaque da Região do Escudo das Guianas



Fonte: FERREIRA, 2015.

Para além da geografia política, a geologia apresenta a região como um planalto derivado das formações tectônicas que impulsionaram a separação continental ocorrida entre a América do Sul e a

* Artigo originalmente publicado no site do OMPV em 30 de agosto de 2023.

¹ Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional na UFRJ. Atualmente está realizando o curso de Doutorado em Ciências Militares na ECEME.

² Major do Exército Brasileiro. Atualmente está realizando o CAEM e o curso de Mestrado em Ciências Militares na ECEME.

África (REIS et al, 2006). Dessa maneira, parte da região das guianas, assim como outros pontos da costa da América do Sul, possuem características similares à costa africana, incluindo recursos energéticos, como as bacias petrolíferas presentes na costa da Guiana/Venezuela e na foz do rio Amazonas, similares às bacias da costa africana (MILANI et al, 2001), da mesma forma que tem concentrações metálicas como jazidas de ferro, manganês e ouro (FERREIRA, 2015).

Particularmente sobre esses recursos, o valor estratégico dessas reservas impulsiona uma série de problemas a nível internacional, como as disputas entre a Venezuela e a Guiana pelo território relativo ao antigo Vice-Reino de Nova Granada durante a colonização espanhola, que estenderia o território venezuelano até o Rio *Esequibo* e que, por sua vez, poderia alterar os limites territoriais marítimos e adicionar as bacias petrolíferas ao controle venezuelano (OLIVEIRA, 2013); e de nível doméstico, como o quase crônico sistema de mineração paralegal que transpassa os limites políticos dos países da região. Sobre esse último exemplo, o tráfico de pessoas entre os países da região destacada é decorrente da mineração de ouro e apresenta uma série de circunstâncias diferentes que tornam o tema “mineração ilegal” impossível de ser tratado de forma unânime na região.

O garimpo é visto como meio de desenvolvimento por parte significativa da população do Suriname, sendo responsável por lucros maiores que o da extração de bauxita ou da agricultura (OLIVEIRA, 2011) em um país que, até pouco tempo, era governado por um presidente conivente com as redes de tráfico de drogas e ouro (FORD; DEN HELD, 2022).

Para a Guiana, único país membro da *Commonweath* na América do Sul e que possui grande dependência do mercado externo (principalmente os Estados Unidos e Reino Unido), o ouro é o principal produto exportado, representando 35,9% do valor adquirido pelo país com mercado externo em 2015 (SILVA, 2015). Nas fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana Francesa, fica evidente essa disparidade, enquanto uma delas passa por um processo de imigração que tem como zona de trânsito uma região de minas ilegais (RODRIGUES, 2006), a outra estabilizou-se sob uma rede de emigração, que tem entre seus principais destinos as áreas de mineração ilegal e que enfrenta rígido controle do Estado francês (GÓES, 2014).

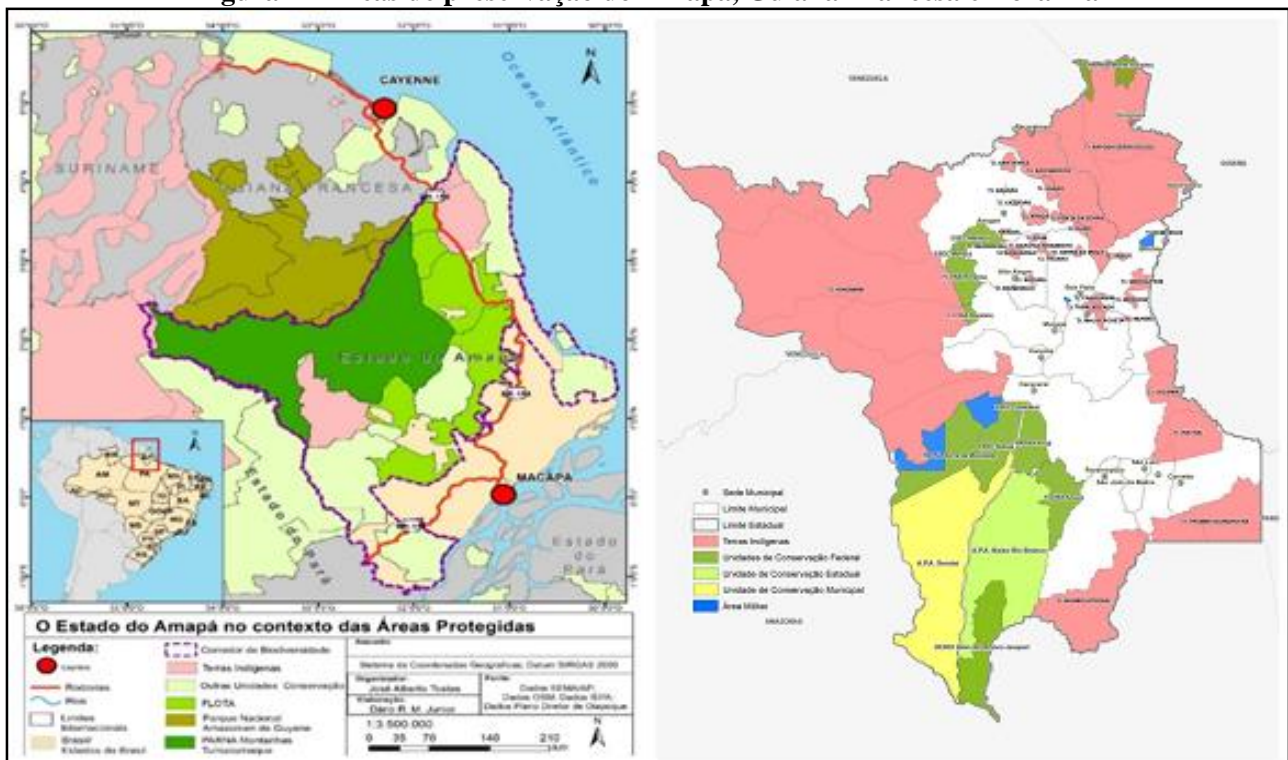
A partir disso, a proposta desse *paper* é apresentar a dinâmica da fronteira do Brasil a partir da comparação entre dois recortes da faixa que possuem características similares em torno da mineração ilegal de ouro, mas que resultam em dinâmicas migratórias e criminosas completamente diferentes: a fronteira Brasil/Guiana Francesa e a fronteira Brasil/Venezuela. O objetivo é sugerir uma hipótese acerca dos principais motivadores migratórios e potencializadores da formação de redes criminosas, destacando as particularidades que direcionam à tais premissas conclusivas sem esgotar os possíveis debates sobre a temática.

2. Recortes e Resposta

Devido ao fato de que as fronteiras do Brasil com a Venezuela e com a Guiana Francesa apresentam fluxo migratório constante, esse *paper* seleciona dois trechos da fronteira norte do Brasil em função de suas características semelhantes: trata-se de trechos da fronteira brasileira que envolve dois dos menos populosos estados do Brasil: Amapá e Roraima, o primeiro com cerca de 733,5 mil habitantes (IBGE, 2022a) e o segundo com cerca de 636,3 mil habitantes (IBGE, 2022b).

Ambos, por ocasião das jazidas de metais preciosos (FERREIRA, 2015), possuem problemas relativos à mineração ilegal de ouro, que se estende para além-fronteira e por áreas de preservação (GÓES, 2014; RODRIGUES, 2006). Além disso, ambos possuem grandes áreas de preservação na região de fronteira. No caso do Amapá, são as terras indígenas *Wayãpi* e *Karipuna*, o Parque Nacional Montanhas do Tumucumaque e o Parque Nacional Cabo Orange (FERREIRA; TOSTES, 2020). No caso de Roraima, são as terras indígenas *Yanomami* e a Reserva Raposa Serra do Sol, além de áreas de pequenas áreas de conservação ambiental, isentas da responsabilidade de outras esferas do poder executivo (SANTOS, 2021).

Figura 2 - Áreas de preservação do Amapá, Guiana Francesa e Roraima



Fonte: (FERREIRA; TOSTES, 2020); (SANTOS, 2021).

No entanto, como diferenças significativas, a fronteira do estado de Roraima com a Venezuela possui um saldo migratório ingressante de venezuelanos atualmente (SIMÕES; FRANCHI, 2020; FRANCHI, 2019), embora essa dinâmica tenha se consolidado dessa maneira nos últimos anos, uma

vez que se trata de um país em crise político-financeira recente e que, nos anos 1980 e 1990 por exemplo, possuía fluxo contrário de migrantes, com brasileiros ingressando em território venezuelano atraídos pela oportunidade de mineração ilegal de ouro no país vizinho, a ponto de causar crises diplomáticas (RODRIGUES, 2006).

Enquanto isso, a fronteira do Amapá possui um estabilizado fluxo emigratório, contido pela fiscalização, eventualmente violenta, do governo francês (GÓES, 2014; MARTINS et al., 2015). Nesse caso, a Guiana Francesa, parte política da Europa, cuja moeda de circulação é o Euro, representa circunstância de estabilidade e desenvolvimento maior, quando comparada ao Brasil, o que se torna atrativo para as populações em geral (MARTINS et al., 2015), mesmo esse fenômeno sendo anterior à consolidação política dos Estados na região, tendo seu início por volta do século XIX (ROMANI, 2010).

Sobre tal fato, o objetivo do *paper* tem como norte a seguinte questão: ***quais elementos influenciam na dinâmica migratória e criminosa da conjuntura em questão, a ponto de apresentar o cenário das duas fronteiras brasileiras bastante díspares, mesmo possuindo características similares?***

A dinâmica de fronteiras aqui analisada se baseia no conceito de “fronteiras” cunhado por Lia Osório Machado (2000) ao defini-la em função de outro conceito, o de “limite”. Em síntese, segundo a autora, fronteira é uma dinâmica interativa populacional que não se restringe às definições jurídicas dos Estados, ou seja, não está sujeita aos “limites” dos Estados. Os limites, configuram-se apenas como marcos geográficos definidores das ações dos Estados, mas não de suas populações em constante fluxo e interatividades. Nesse contexto, a dinâmica de fronteira se apresenta como uma constante migratória em torno de elementos econômicos que são potencializados pela condição socioeconômica derivada da conjuntura política, às quais os países da região se encontram.

Dentro desse contexto, tal como Bertha Becker (1982) explica, a fronteira configura-se como uma área cuja orientação “pra dentro” possui relevância no propósito de integração e consolidação nacional de unidade político-territorial; enquanto, “pra fora” pode vir a ser interpretada como uma região de perigo e integração pelo contato com o “externo”.

3. Políticas brasileiras de Segurança de fronteiras

A fronteira norte do Brasil possui uma série de corredores que interligam as populações e, conseqüentemente, a dinâmica econômica com os outros países componentes do Escudo das Guianas. Essa integração, por muito tempo, foi uma política de Estado brasileira destinada a construção da segurança pela vivificação da fronteira e de “zonas com baixa presença e produtividade”; isto é, criar

condições para atrair populações capazes de estabelecer a presença local de maneira permanente muito fundamentada na ideia de “produção do espaço” pelo Estado (BECKER, 2001).

No caso da fronteira norte, isso é verificável pelos objetivos e movimentações do Programa Calha Norte (ALBUQUERQUE, 2013). O Programa Calha Norte possui, desde sua criação, duas vertentes: uma civil e uma militar. A vertente militar focada na construção e manutenção das estruturas das organizações militares criadas na Amazônia após 1985; e a vertente civil na construção e manutenção de infraestruturas civis de suporte ao desenvolvimento regional, como escolas, hospitais, postos de saúde e outros (FRANCHI, 2013).

Isso também se refletiu na criação de entrepostos na fronteira destinados a serem cidades que, mais tarde, cresceram de ambos os lados entre os países limítrofes, convertendo-se nas cidades-gêmeas (VIRGA, 2017). Comumente, esse processo foi acompanhado por obras de acessibilidade como a construção de portos, aeroportos e, principalmente, rodovias (ALBUQUERQUE, 2013). Os migrantes inseridos nesse contexto, normalmente incentivados a ocupar remotos terrenos “desabitados” da Amazônia, foram reconhecidos, em algumas circunstâncias, com certo “heroísmo”, tal como os garimpeiros no contexto de Roraima que, até hoje, possuem um monumento em sua homenagem na praça central de Boa Vista (MELO, 2022).

Isso ocorre também na história do Amapá, cujo grande “herói local” é Francisco Xavier Veiga Cabral, o Cabralzinho. Trata-se do líder de uma resistência armada que combateu os franceses no norte do estado. A região, à época (até por volta de 1900), era parte de um contestado entre a França e o Brasil e, ambas as populações ocuparam a região motivadas por uma corrida do ouro (BENTO; GIORGIS, 2014).

Embora os exemplos de atrativos econômicos no caso destacado seja apenas o garimpo. Na Amazônia Brasileira como um todo, outras atividades econômicas serviram de atrativo para a ocupação das “terras desocupadas” ou “não-integradas” e, até mesmo de territórios além-fronteira, tal como a ocupação do Acre em torno da exploração de látex para a produção de borracha (KLEIN, 2019), ou a pecuária no caso de Roraima, que possui certa rivalidade pelo título de pioneirismo na ocupação (MELO, 2022).

Em outra fase, o Estado brasileiro mudou sua forma de pensar a segurança de fronteiras, não mais pela presença de populações permanentes, mas pela consolidação de áreas de preservação capazes de diminuir o trânsito de pessoas. Isso é verificável em casos de instalação de terras indígenas na fronteira como o Parque Raposa Serra do Sol (ROSA, 2004). Algumas dessas áreas foram estabelecidas em conjunto aos vizinhos fronteiriços com esse propósito, como pode-se observar no caso do parque do Tumucumaque e das reservas da Guiana Francesa (STEIMAN, 2011).

Entretanto, isso não garante, por si, o fim do fluxo de populações por entre a fronteira. Paralelamente à criação dos parques nacionais e outras unidades de preservação, entre o final do século XX e início do século XXI, o Estado Brasileiro promoveu um adensamento da presença de organizações militares na região, sendo a última grande unidade criada na região a 22ª Brigada de Infantaria de Selva, sediada na cidade de Macapá (MORAES, 2023).

4. Ilícitos Transnacionais e Migrações

Para além desses meios estatais de incentivo (ou desincentivo) à ocupação, o fato de, as duas regiões, possuírem entre seus principais problemas de ilícitos transnacionais, atividades como o tráfico de drogas e extração ilegal de ouro (RODRIGUES, 2021; CHAVES, 2010) pode, por vezes, sugerir que os processos migratórios giram em torno da oportunidade criminosa. No entanto, o mais provável é que as atividades paralegais derivam, primeiramente, da consolidação das rotas e corredores de abastecimento lícitos, da ocupação e, por fim, da marginalização dessas populações. Por sua vez, o fluxo migratório direciona-se em função da qualidade de vida comparada entre as condições de um Estado para com seu vizinho.

Embora o Suriname seja o único país sul-americano a fazer parte da Organização da Cooperação Islâmica e tenha recebido migrantes de forma regular da Indonésia e de outros países do islâmicos, não há o transbordamento desses migrantes para o Brasil (GOLDFELD, FRANCHI, 2017). Isso se dá, pois, a fronteira com o Suriname é relativamente despovoada e não conta com vias de acesso fáceis, uma vez que as principais vias de conexão estão concentradas próximas ao litoral. Além disso, há ainda uma área em litígio, o triângulo do rio *Novo*, onde existe a presença esparsa de garimpeiros.

Enquanto a Guiana Francesa, em relação ao Brasil, apresenta-se como território mais estável e promissor; a Venezuela apresenta-se como menos segura e instável quando comparada ao Brasil (PAZ, 2018). Outros fatores potencialmente contribuintes se dão pela acessibilidade da fronteira seca entre o Estado de Roraima e a Venezuela, que permite a populações com menos recursos poderem atravessar a pé (o que explicaria o movimento massivo) (PAZ, 2018; SOUZA, 2020); ao passo que a fronteira Brasil-França, em sua maior parte, é definida por um curso d'água (o rio Oiapoque), que seleciona migrantes em condições de custear os meios de travessia.

A fragilidade estatal contribui para o aparecimento das atividades criminosas que se valem dos *black spots* para consolidar suas atividades territorialmente. É notável o potencial de controle e fiscalização da França quando comparado ao da Venezuela. Contudo, a proliferação de organizações e atividades criminosas apresenta-se inversamente proporcional a esse fato. O número de organizações criminosas ordenadas em torno de atividades como tráfico de drogas, armas, ouro,

sequestros, assassinatos e lavagem de dinheiro do lado Venezuelano é bem maior quando comparado ao números de organizações criminosas na Guiana Francesa. Algumas delas são: *Tren de Aragua*; *Tren de Guayana*; *Organización R*; *Cartel de Paraguaná* e grupos guerrilheiros como o *Ejército de Liberación Nacional* - ELN e dissidências das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC (TRANSPARENCIA VENEZUELA, 2022). Do lado brasileiro, os grupos criminosos atuantes nos dois estados recortados são, basicamente os mesmos e com modos de operar similares: O Primeiro Comando da Capital - PCC e o Comando Vermelho - CV, centralizados em presídios e contando com aliados locais (RODRIGUES, 2022).

A fronteira com a Venezuela também se configura como uma rota de interesse maior das organizações criminosas em função da proximidade com territórios produtores de cocaína (região andina), quando comparado ao Amapá e a Guiana Francesa. Enquanto esses dois últimos são eventuais destinos finais de consumo da droga ou pontos de exportação para a Europa com escassos recursos de acessibilidade, a fronteira entre Roraima e a Venezuela está no centro do eixo que interliga a costa venezuelana à Manaus, importante conexão entre os dois países que se apresentam como principais plataformas de exportação de drogas para a Europa a partir do continente sul-americano; além de redes de mercado de armas ilícitas e tráfico humano (RODRIGUES, 2022).

5. Hipótese e Considerações Finais

Portanto, como hipótese, pode-se sugerir que os principais elementos definidores do fluxo migratório se baseiam em dois fatores principais: estabilidade político-financeira comparada dos Estados e acessibilidade dos corredores que transpassam os limites dos Estados. As oportunidades lícitas e ilícitas são condições secundárias de influência dos fluxos migratórios na região do Escudo das Guianas. Por fim, a consolidação das redes criminosas demanda, necessariamente, da ocupação territorial e, posterior condição de instabilidade capaz de tornar o vácuo do poder estatal passível de ser ocupado por organizações criminosas.

A condição crítica da fronteira do Estado de Roraima em comparação ao Estado do Amapá se dá, portanto, em função de fatores como o grau de estabilidade estatal do vizinho fronteiro imediato e, conseqüente, condições de controle sobre potenciais vácuos de poder que poderiam vir a serem utilizados por organizações criminosas. Embora haja mineração ilegal e organizações criminosas atuantes em ambos os cenários, o destaque e prevalência de suas atividades se faz na fragilidade da região controlada pela Venezuela, catabolizada por elementos como a acessibilidade territorial.

Estudar os cenários de instabilidade além fronteira pode representar indicadores úteis a construção de estratégia de emprego dos meios destinados a conter eventuais crises, como as que vem ocorrendo ao norte do Estado de Roraima. Tal como a resposta do Estado brasileiro através da

Operação Acolhida, mesmo de que maneira emergencial e sob demanda do estado de Roraima, que potencializou os meios para evitar a proliferação da crise dentro do território nacional. A observação da conjuntura do entorno estratégico é necessária para preparar os meios disponíveis ao resgate da estabilidade de fronteiras excepcionalmente mais vulneráveis.

Referências:

ALBUQUERQUE, Edu Silvestre. **A Geopolítica da Amazônia no Século XXI**. Revista Geonorte, Vol. 4, nº 12, p. 933-952, 2013.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia. A Nova Fronteira de Recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BECKER, Bertha. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários?** Parcerias Estratégicas, nº 12, p. 135-159, 2001.

BENTO, Cláudio; GIORGIS, Luiz. **A Intrusão Francesa no Amapá em 1895 e o Massacre da Vila Amapá**. In: BENTO, Moreira Cláudio. **Amazônia brasileira: conquista, consolidação e manutenção**, Cap. 22, p. 212-233, 2017. Barra Mansa: Gráfica Drummond, 2017.

CHAVES, Daniel Santiago. **O Narcotráfico e seus Submarinos: um Novo Elemento na Logística do Crime na América do Sul?** Cadernos do Tempo Presente, nº 2, 2010.

FERREIRA, Rubens. **O Escudo Guianês em uma perspectiva patrimonial**. Revista CPC, nº 19, p. 136-163, 2015.

FERREIRA, Simone Dias; TOSTES, José Alberto. **Territórios protegidos no corredor transfronteiriço entre Amapá e Guiana Francesa**. Confins. Revue franco-brésilienne de géographie/Revista franco-brasileira de geografia, nº 47, 2020.

FORD, Alessandro; DEN HELD, Douwe. **Corruption, Cocaine, and Gold: Interview with Suriname's President Santokhi**. Insight Crime, 2022. Disponível em: <https://insightcrime.org/news/corruption-cocaine-gold-interview-suriname-president-santokhi/>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

FRANCHI, Tássio. **Da conquista do inferno verde à proteção do paraíso tropical: o discurso militar brasileiro sobre a Amazônia no século XX**. 2013. Tese de Doutorado na Universidade Nacional de Brasília, 2013. Brasília: UNB, 2013.

FRANCHI, Tássio. **Operation Acolhida: The Brazilian Armed Forces' Efforts in Supporting Displaced Venezuelans**. Military Review, p. 1-13, 2019.

GÓES, David Souza. **Circulação de garimpeiros brasileiros na fronteira oiapoque-guiana francesa: uma etnografia de vivências em conflitos**. Fronteiras & Debates, Vol. 1, nº 2, p. 177-189, 2014.

GOLDFELD, Monique Sochaczewski; FRANCHI, Tássio. **O Brasil e a sua fronteira com o Islã: o caso do Suriname**. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol 6, nº 12, p. 134-153, 2017.

IBGE. **Panorama do Amapá**. IBGE, 2022a. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/panorama>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

IBGE. **Cidades e Estados - Roraima**, IBGE, 2022b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rr.html>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

KLEIN, Daniel. **Historiografia amazônica: discutindo questões demográficas nos tempos da borracha**. Jamaxi, Vol. 3, nº 1, p. 44-52, 2019.

MACHADO, Lia Osório. **Limites e fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade**. Revista território, Vol. 8, p. 9-29, 2000.

MARTINS, Carmentilla; SUPERTI, Eliane; PINTO, Manoel de Jesus. **Migração e mobilidade de brasileiros através e além da fronteira Brasil-Guiana Francesa: novas sociabilidades**. Revista Tomo, nº 27, p. 361-196, 2015.

MELO, Jimmy Iran. **A cidade de Boa Vista e as transformações do espaço urbano**. Temporalidades - Revista de História, edição 37, Vol. 14, nº 1, p. 574-587, 2022.

MILANI, E.; BRANDÃO, J.; ZALÁN, P.; GAMBOA, L. **Petróleo na margem continental brasileira: geologia, exploração, resultados e perspectivas**. Revista Brasileira de Geofísica, Vol. 18, p. 352-396, 2000.

MORAES, Carlos Henrique. **A foz do rio Amazonas e sua importância geopolítica para o Brasil**. Observatório Militar da Praia Vermelha, 2023. Rio de Janeiro: ECEME. 2023.

OLIVEIRA, Rafael. **Garimpeiros no Suriname: panorama histórico e atuais implicações**. Meridiano 47-Journal of Global Studies, Vol. 12, nº 125, p. 53-60, 2011.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Venezuela e os antecedentes de uma Política Externa ativa: petróleo e democracia como elementos da Política Externa do regime de Punto Fijo**. Revista do Imaea, Vol. 1, nº 2, p. 132-140, 2013.

PAZ, Richard Peixoto. **Análise mapeamento de conflitos na região das Guianas 2008-2018**. Dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Amapá, 2018. Macapá: UFPA, 2018.

PROCÓPIO, Argemiro. **A Amazônia caribenha**. Revista Brasileira de Política Internacional, Vol. 50, p. 97-117, 2007.

REIS, N.; SZATMARI, P.; WANDERLEY FILHO, J.; YORK, D.; EVENSEN, N.; SMITH, P. **Dois eventos de magmatismo máfico mesozóico na fronteira Brasil-Guiana, escudo das Guianas: enfoque à região do rifte Tacutu-Torth Savannas**. XLIII Congresso Brasileiro de Geologia, 2006. Aracajú: XLIII Congresso Brasileiro de Geologia, 2006.

RODRIGUES, Francilene. **Migração transfronteiriça na Venezuela**. Estudos Avançados, Vol. 20, p. 197-207, 2006.

RODRIGUES, Lucas Barreto. **Aspectos da violência em zonas de baixo controle do Estado: análise sobre o narcotráfico na Amazônia Brasileira.** Dissertação de Mestrado na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, 2022. Rio de Janeiro: ECEME, 2022.

RODRIGUES, Lucas Barreto. **Sobre a relação entre organizações criminosas narcotraficantes e o garimpo no Estado de Roraima.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2021. Rio de Janeiro: ECEME. 2021.

ROMANI, Carlo. **A história entre o oficial e o lendário: interações culturais no Oiapoque.** Antíteses, Vol. 3, nº 5, p. 145-169, 2010.

ROSA, Fernando Henrique Pereira. **A política indigenista: a utilização das terras indigenistas (TI) no contexto da Defesa Nacional, em especial na faixa da fronteira.** Revista da Escola Superior de Guerra, Vol. 20, nº 43, p. 105-126, 2004.

SANTOS, Francisco. **Diagnóstico de Áreas Institucionais de Roraima para o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado de Roraima (ZEE-RR).** Boa Vista: Governo do estado de Roraima, 2021.

SILVA, Ronaldo. **A política externa da república cooperativa da Guiana.** I Encontro Internacional de Política Externa Latino-Americana, 2015. Foz do Iguaçu: UNILA, 2015.

SIMÕES, Luciano Correa; FRANCHI, Tássio. **Operação Acolhida: um balanço do executado até 2019.** Observatório Militar da Praia Vermelha, 2020. Rio de Janeiro: ECEME, 2020.

SOUZA, Washington. **Migração venezuelana na fronteira norte brasileira e seus reflexos na segurança e defesa da região amazônica.** Trabalho de Conclusão de Curso na Escola Superior de Guerra, 2020. Rio de Janeiro: ESG, 2020.

STEIMAN, Rebeca. **Áreas protegidas em zona de fronteira.** Para Onde!?, Vol. 5, nº 2, p. 101-121, 2011.

TRANSPARENCIA VENEZUELANA. **Los grupos criminales tras las actividades ilícitas en Venezuela - Capítulo 3.** Transparencia venezolana, 2022. Disponível em: <https://transparencia.org.ve/economias-ilicitas/los-grupos-criminales-tras-las-actividades-ilicitas-en-venezuela/>. Acesso em: 15 de julho de 2023.

VIRGA, Thais. **Fronteira, urbanização e desenvolvimento na Amazônia sul-americana: compreendendo disparidades nas “cidades-gêmeas” de Letícia (Colômbia) e Tabatinga (Brasil).** Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Vol. 6, nº 12, p. 109-133, 2017.

Declaração de Direitos Autorais

Sob o Panorâmico, cumpre mencionar que está permitido compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato. Além disso, também é possível adaptar, remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

Aviso importante

Para qualquer reutilização ou distribuição, você deve deixar claro a terceiros que esta obra é um produto da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.





PANORÂMICO

PERIÓDICO DO OMPV

